

22

Página

FGV
GVces

NÚMERO 87
AGOSTO 2014



IMPACTO LOCAL

Que desenvolvimento se espera a partir das grandes obras de infraestrutura

Tapajós: Oportunidade de aprender com processos anteriores

Transposição: Ainda há dúvidas sobre quais serão os benefícios

Entrevista: Fundo antecipatório permite planejar futuro da região

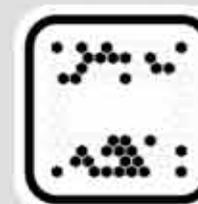


AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS ESTÃO AÍ.
JÁ PENSOU
O QUE VOCÊ TEM
A VER COM ISSO?

O Santander dá dicas e ajuda você a reduzir, calcular e compensar suas emissões de CO₂.

Saiba mais em www.santander.com.br/co2

CO₂MPENSO



Saiba tudo sobre o Programa Reduza e Compense. Faça o download do leitor no phdmobi.com pelo celular, abra o aplicativo e fotografe este código.

SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

 **Santander**
um banco para suas ideias

Oportunidade **concreta**

Nos próximos meses, as eleições deverão esquentar os debates sobre investimentos em infraestrutura e os caminhos do crescimento do País, especialmente em temas sensíveis e estratégicos, como logística e oferta de energia e de água.

A PÁGINA22 defende que esse debate seja feito à luz do desenvolvimento local: uma vez que determinados empreendimentos entraram na agenda nacional – alguns já estão em curso e outros estarão no futuro próximo –, é necessário buscar formas de minimizar impactos socioambientais negativos e maximizar os positivos, aproveitando a imensa oportunidade de levar saltos de qualidade às regiões nas quais as obras se dão.

Para isso, não há caminho melhor senão o de buscar ações orquestradas entre os diversos atores – população local, governos, empresas, sociedade civil organizada –, vislumbrando o longo prazo. Que futuro se almeja para as populações e regiões impactadas? Qual sistema de governança é o mais indicado para que esse planejamento seja implementado? Como antecipar investimentos de modo a preparar a região para receber obras de grande porte? Como lidar com os impactos em lugares nos quais as obras já estão em andamento?

Essas e outras questões são abordadas na *Entrevista* e em reportagens desta edição. Em face das múltiplas realidades brasileiras, escolhemos casos concretos em regiões (Sudeste, Norte e Nordeste) e cenários diferentes, desde o urbano (exploração do pré-sal na Baixada Santista) até o amazônico (complexo de obras na Bacia do Tapajós), passando pelo Sertão (Transposição do Rio Francisco).

Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER II Thaís Herrero
REPÓRTER I Carol Nunes

EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)

REVISORES José Genuíno Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Fábio de Castro, Fabio F. Storino, Helô Reinert,
José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos),
José Eli da Veiga, Karina Ninni, Luciana Stocco Bietol,
Magali Cabral, Pepe Guimarães, Regina Scharf,
Sérgio Adeodato

ENSAIO FOTOGRÁFICO Anderson Barbosa
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Natália Garcia, Pedro Telles,
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons
PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO
IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar PÁGINA22
gratuitamente e ler esta e outras edições

Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES
RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES
SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

[CIDADANIA INCONCLUSA – EDIÇÃO 86]

Excelente matéria sobre a inconclusão do processo de formação da consciência de cidadania do brasileiro. No texto, entrelaçam-se temas variados como o desenvolvimento histórico do conceito de cidadania e direitos humanos, a herança histórica da colonização brasileira, o populismo e as ditaduras, a crise da democracia representativa em todo este mundo globalizado, a crise das instituições e a importância de recuperarmos a educação política do povo. Esses temas imbricados compõem um quadro muito provocador, que está a clamar por uma reflexão séria da parte de nossos cientistas sociais e políticos. *Maurício Mota Saboya Pinheiro*

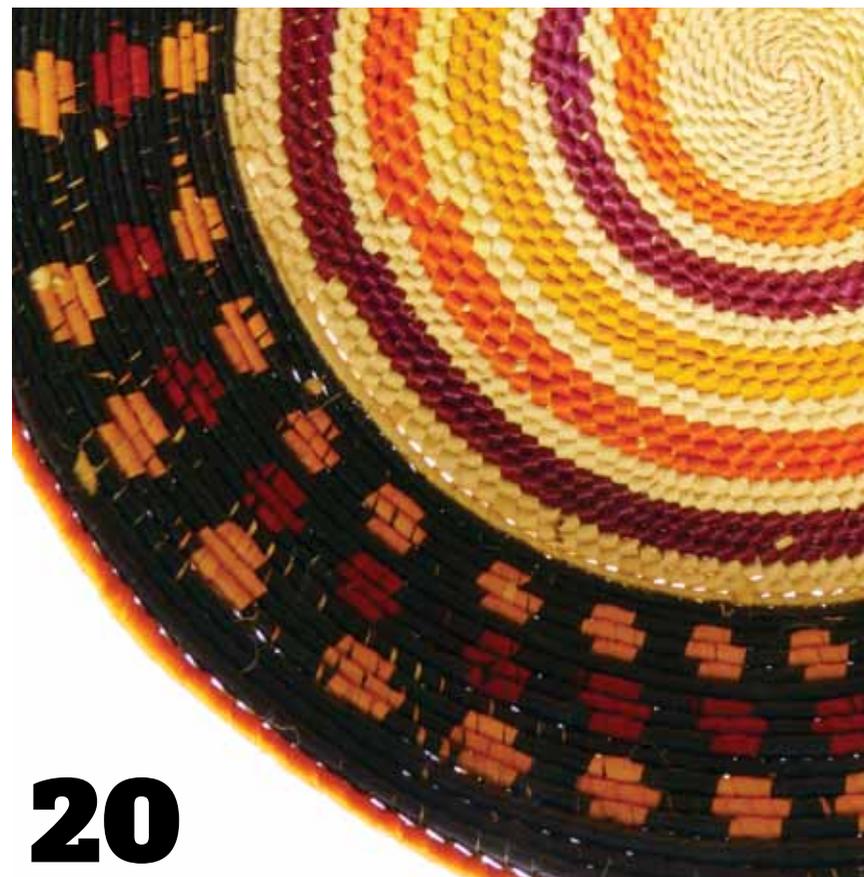
[MINHA ESCOLA É A RUA – EDIÇÃO 86]

Como especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade, gostaria de fazer uma observação sobre a colocação da doutora Raiane Assumpção (à página 48 da edição 86), em que cita Educação Ambiental é orientada somente pela consciência ecológica. Já existem práticas que discutem outras inúmeras questões socioambientais, inclusive modelos de desenvolvimento. *Fabiana Oliveira*

[NÃO BASTA PARTICIPAR – EDIÇÃO 86]

Sábio professor Humberto Dantas! Tenho imensa satisfação de poder ter contato na Raps com pessoa tão coerente, esclarecida e ao mesmo tempo humilde. *Carlos Berque*

Concordo plenamente com a ideia de Humberto Dantas, aliás, o texto e ele são para o Brasil se deleitar e repensar a maior vertente cultural, a política. *Redovagno Ribeiro*



20

CAPA

Desenvolvimento local

A criação de uma linha de financiamento anterior ao início de grandes obras de infraestrutura pode ser o “pulo do gato”

- 12 Economia Verde** Maior uso de cacos na indústria de garrafas e potes de vidro depende da redução dos custos logísticos e de tributos sobre reciclados
- 14 Entrevista** Hector Gomez Ang, da International Finance Corporation, explica como deve funcionar o fundo antecipatório para grandes empreendimentos
- 32 Bacia do Tapajós** Projeto de hidrelétricas, portos e hidrovias desafia governo e sociedade a aprender com processos anteriores
- 38 Pré-sal** Para os moradores do litoral, o otimismo com a exploração do petróleo transformou-se em frustração, especulação imobiliária e gentrificação
- 44 Rio São Francisco** Obra que se arrasta por sete anos, a Transposição ainda gera muitas dúvidas sobre que benefícios trará e como estes serão partilhados pela população local

SEÇÕES

CAPA: ARTESANATO DA COMUNIDADE URUCUREÁ, NO RIO ARAPIUNS, SANTARÉM (PA) / FOTO: TOM BRAZ

6 Notas | 9 Análise | 10 Antena | 11 Web | 19 Coluna | 26 Retrato | 43 Artigo | 50 Última

MINERAÇÃO

Ilegalidade ameaça Amazônia

A mineração ilegal ameaça pelo menos 81 áreas naturais protegidas nos países amazônicos. A atividade mineradora feita sem autorização ou licenciamento ambiental tem forte presença no **Peru**, **Bolívia** e **Colômbia**, segundo o relatório *La realidad de la minería ilegal en países amazônicos*, de autoria da Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA), com o apoio das fundações Skoll e Avina.

O documento aponta as diversas ameaças ambientais e sociais que a mineração ilegal representa à região amazônica. (*Disponível em espanhol em bit.ly/1j25Es1.*)

Entre as consequências para o meio ambiente, destaca-se a contaminação do solo e de cursos d'água por metais pesados – como o mercúrio, ainda muito usado na extração de ouro, que pode contaminar a população por meio da ingestão de peixes contaminados.

Na cidade peruana de Puerto Maldonado, por exemplo, 78% dos adultos apresentam níveis de mercúrio no corpo superiores aos limites internacionais de referência. (*Veja mais dados no infográfico em bit.ly/1j2Ur0t.*)

Exploração de mão de obra infantil, aumento do alcoolismo, drogadição e prostituição, além da escalada nos ca-

sos de Aids, são exemplos do aumento da vulnerabilidade social nas comunidades onde há mineração ilegal.

A SPDA defende que o maior desafio para a conservação da biodiversidade e prevenção da contaminação em áreas de interesse econômico na região amazônica é garantir a presença do Estado. O estudo destaca a importância de tirar os mineradores artesanais e de pequena escala da ilegalidade para diminuir os riscos sociais e ambientais da atividade. A ausência de normas específicas para a regulação dessas modalidades diminui ainda mais as chances de formalização da mineração. – **Carol Nunes**



MINISTERIO DEL AMBIENTE PERU/FICKR

EDUCAÇÃO

ANA lança vídeos para explicar gestão da água

A oferta de água nas cidades do estado de São Paulo é um tema em alta principalmente desde o começo do ano, quando a chuva esperada no verão não chegou, e os reservatórios ficaram com baixos níveis do recurso.

Como forma de disseminar mais informação sobre o tema e a gestão da água consumida pelo Brasil afora, a Agência Nacional de Águas (ANA) lançou em junho um canal no YouTube (*acesse em youtube.com/anagovbr*). Com linguagem didática, os vídeos expli-

cam desde conceitos básicos – o que é uma bacia hidrográfica e como é feita a medição do volume de chuvas – até assuntos mais complexos, como a Lei das Águas e como funcionam os Comitês de Bacia. Animações explicam os instrumentos de gestão previstos na Lei das Águas, entre eles, a outorga de direito de uso de recursos hídricos, a cobrança pelo uso e os planos de bacia.

A ideia é que essas informações sejam acessíveis a toda população, por isso são uma boa ferramenta de educação para escolas, professores e até membros dos comitês de bacia que estejam ingressando no assunto agora. Para mais informações sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil, confira a edição 84 de PÁGINA22 em fgv.br/ces/pagina22. – **Thais Herrero**

RENOVÁVEIS I

Silício turbinado

O Brasil é um dos maiores produtores de silício metalúrgico, com grau de pureza de 99%. Mas precisa dar um salto para chegar ao silício de grau solar, com 99,9999% de pureza, necessário para a fabricação de painéis para geração de energia fotovoltaica.

Para transpor essa barreira tecnológica, a Eletrosul, controlada da Eletrobrás, contará com a participação do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen).

Nos laboratórios do instituto, está em desenvolvimento a primeira etapa do projeto. O próximo passo é iniciar as obras na unidade-piloto, que terá como sede o Parque Científico e Tecnológico da Unesc (Iparque), em Criciúma (SC) – onde uma estrutura existente será reformada.

O avanço nas pesquisas permitirá que o Brasil conquiste o domínio de toda a cadeia de produção de módulos fotovoltaicos. O projeto da Eletrosul prevê tanto a purificação do silício quanto a fabricação de células solares. Hoje, o custo de produção da energia solar ainda é alto no País principalmente em função da importação dos equipamentos. – **por Helô Reinert**



LUTOPIAS PARA CAMINARI/FICKR

RENOVÁVEIS II

Geração da floresta

O potencial energético dos resíduos da floresta poderá ser aproveitado para gerar parte da energia que será ofertada ao sistema nacional no Acre. Esses são os planos da Laminados Triunfo, que atua na produção de madeiras tropicais sustentáveis. Há um ano e meio, com a desaceleração da venda de compensados para os Estados Unidos e Reino Unido – por conta crise econômica mundial –, a empresa decidiu migrar para a produção de energia a partir de biomassa proveniente de resíduo florestal. O programa deverá entrar em fase de testes nos próximos meses. Hoje, a Triunfo gera 1,7 MW de energia para consumo próprio e pretende chegar a 25 MW, de forma que essa produção possa ser interligada ao sistema nacional. (HR)

RENOVÁVEIS III

Biomassa mapeada

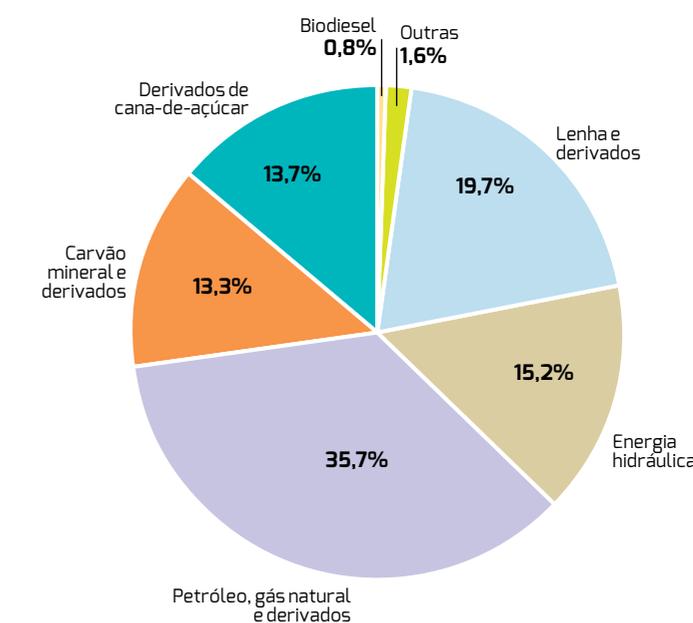
Minas Gerais contará com uma publicação que reúne informações e orienta decisões sobre as políticas para produção de energia limpa, o *Atlas de Biomassa do Estado de Minas Gerais*. A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), ao lado da Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig), selecionou o grupo que começaria em julho (*depois do fechamento desta edição*) um levantamento detalhado sobre essas informações no estado.

O documento pretende mapear as culturas e tipos de resíduos que poderão ser utilizados para a geração de energia com uso de biomassa. Outro objetivo será analisar, identificar e incentivar a implantação de empreendimentos. Também serão indicados os locais mais adequados para a implantação de usinas e as melhores alternativas tecnológicas para cada região.

Além dessa iniciativa, três universidades de Minas Gerais – Universidade Federal de Itajubá (Unifei), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Universidade Federal de Lavras (Ufla) – já realizam várias pesquisas sobre o assunto. Em 2009, o governo do Estado lançou o *Mapeamento da Matriz de Coprodutos da Cadeia Produtiva*, estudo preliminar na área.

Em âmbito nacional, coube ao Centro Nacional de Referência em Biomassa, da USP, elaborar um atlas para o Brasil. (HR)

MATRIZ ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS



FONTE: 27º BALANÇO ENERGÉTICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Olha isso!

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

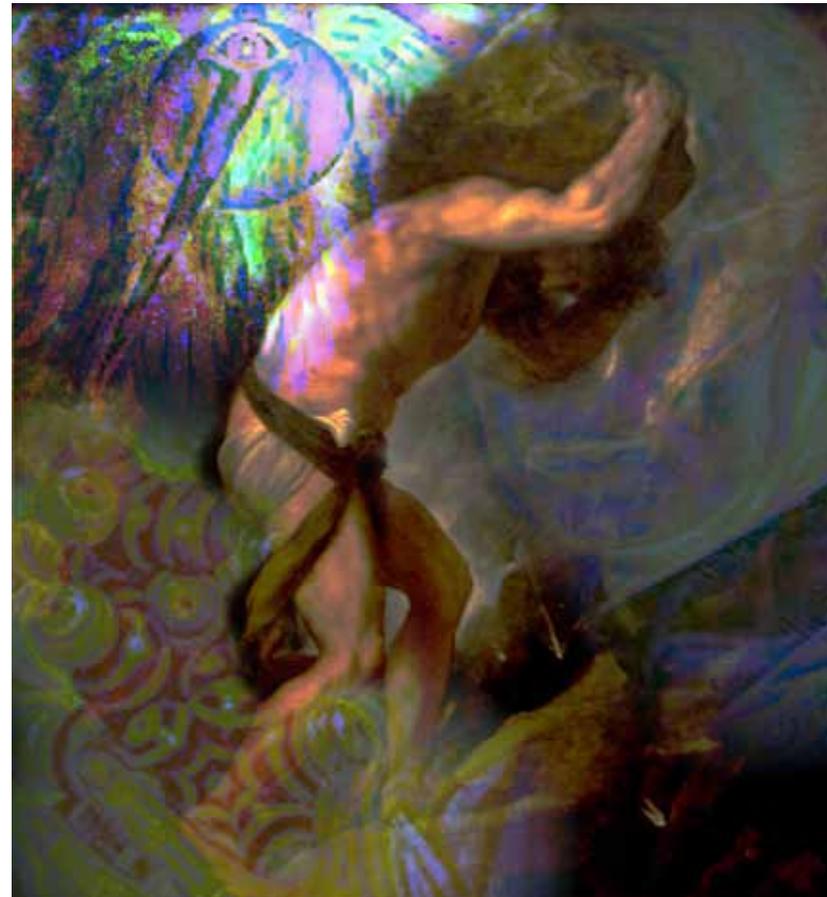
O sentido do trabalho

Após desafiar os deuses, reza a mitologia grega, Sísifo foi condenado a carregar eternamente uma pedra até o topo de uma montanha; ao chegar lá, no entanto, a pedra rolava para baixo, e seu trabalho tinha de começar novamente do zero. “Trabalho de Sísifo” transformou-se em uma alegoria ao trabalho sem sentido.

O economista Dan Ariely, frequentemente mencionado nesta coluna, realizou uma série de experimentos que exploraram a ideia de sentido do trabalho (*ver sua palestra TED em goo.gl/RHQGh3*). Em um deles, foram dadas aos participantes peças de Lego para que montassem um robô, em troca de uma pequena quantia em dinheiro. A tarefa era repetida, oferecendo-se uma quantia cada vez menor, até que os participantes não estivessem mais dispostos a fazê-lo – em “economês”, até quando a receita marginal (o dinheiro) se tornava inferior ao custo marginal (o esforço).

Inspirada no mito de Sísifo, uma variação do experimento desmontava o robô recém-montado na frente do participante, enquanto ele ainda montava o seguinte. Nessa variação, a disposição para montar novos robôs diminuía significativamente. O propósito do trabalho havia mudado muito pouco: no experimento original, os pesquisadores informavam que os robôs seriam posteriormente desmontados e entregues a novos participantes. Mas quando a desmontagem ocorria diante dos olhos de seu criador, o impacto deletério sobre sua motivação era nitidamente maior.

Por mais de três anos, o escritor Kevin Roose, autor de *Young Money: Inside the Hidden World of Wall Street's Post-Crash Recruits* (“Dinheiro jovem: Dentro do mundo secreto de recrutas de Wall Street após a quebra”, em tradução li-



JUAN VELAZQUEZ

vre) acompanhou a incipiente carreira de oito jovens funcionários de grandes bancos americanos após o colapso financeiro de 2008.

Roose observa que Wall Street parece ter perdido seu prestígio entre a geração Y. Ao final do livro, dos oito jovens, apenas três deles ainda continuavam no mundo das finanças, e apenas um se mantinha satisfeito com seu trabalho. Na pesquisa de 2011 que cita no livro, as empresas mais desejadas por recém-graduados são aquelas do Vale do Silício, onde, entendem, está se criando algo de valor. O banco mais bem colocado aparecia apenas na 41ª posição

do ranking – na listagem de 2014, entretanto, eles voltam a aparecer já na 5ª e 9ª posições (*ver em goo.gl/ksdmHk*).

O resultado não parece advir da falta de recompensa interna – os bônus de Wall Street já retornaram aos níveis pré-crise –, mas da diminuição do reconhecimento social sobre o valor criado por esse segmento da economia. Isso pode ser uma boa notícia para aqueles que defendem um desenvolvimento mais sustentável: a noção de atividades que “destroem” valor mais do que criam pode afastar novos talentos dessas atividades, dificultando sua continuidade, ainda que a longo prazo.



Não turbinar para de fato avançar

O crescimento econômico é um meio e não um fim a ser perseguido. O que o Brasil precisa almejar é a qualidade de vida e das instituições

É preciso torcer para que os governantes que em 2015 assumirão a histórica responsabilidade pela “arrumação da casa” não cometam o erro de pretender turbinar o crescimento econômico. Se priorizarem reformas que melhorem a qualidade das instituições, com certeza a economia brasileira logo tenderá a crescer uns 3% ao ano, excelente taxa a ser mantida por longo prazo.

O crescimento econômico é meio, e não fim. Tem capacidade muito variável de fazer que as sociedades atinjam os objetivos almejados. Duas singelas ideias que infelizmente ainda não imbuíram o pensamento dos estatistas que conduzem a fisiológica coalizão governamental, nem das oposições liberais que mais os combatem. Prisioneiros da obsessão pelo crescimento como fim em si mesmo, quase todos os políticos brasileiros comungam a ingênua suposição de que aumentos do PIB mantenham relação automática, constante, permanente, e até eterna, com o desenvolvimento.

Porém, o Brasil não deve invejar China, Índia, Coreia do Sul ou Chile. No limite, seria até o contrário, pois os benefícios do crescimento vêm sendo mais bem aproveitados por aqui.

Nos três últimos decênios, a capacidade de transformar crescimento em desenvolvimento foi bem mais superior no Brasil do que em todos os países citados. Quatro vezes a do Chile, por exemplo, pois aqui houve o mesmo aumento relativo de IDH com um quinto de sua taxa média de crescimento *per capita*. Até poderia parecer mentira, mas entre 1980 e 2012 o IDH do Brasil passou de 0,522 para 0,730, com apenas um oitavo do desempenho médio da economia sul-coreana e um décimo do da chinesa.

Também é bom lembrar que não é



apenas nessa transmutação de crescimento em desenvolvimento que o Brasil vence a parada. Mais ainda no tocante à sua sustentabilidade ambiental. O País tem se mostrado superior aos quatro, malgrado a ininterrupta degradação de seus ecossistemas, a propensão de suas elites em desvalorizar o amanhã, e a infinidade de tristes conflitos ambientais que pipocam diariamente. Apesar disso tudo, o Brasil ainda está muitas léguas à frente da Índia, da Coreia do Sul e da China em qualquer Provão de sustentabilidade.

Quanto às desigualdades de renda, riqueza, etnia, gênero, região etc., as mensurações são tão frágeis que não permitem comparações razoáveis. Pode-se até lembrar que o desempenho econômico chileno se revelou incapaz de reduzir as desigualdades de renda justamente quando o Brasil começou a vislumbrar resultados muito positivos. Mas é um grave equívoco supor que a desigualdade de renda seja bom testemunho do conjunto das principais desigualdades. Basta pensar nas mulheres chinesas, nas castas indianas, e nas populações negra, cabocla e indígena do Brasil.

Claro, nenhum desses argumentos deve incentivar qualquer laivo de resignação com a derrapagem econômica do governo Dilma. Mas todos são fundamentais para tentar impedir que eventual afobação em romper com “pibinhos” encubra a crucial questão da qualidade

do crescimento. Instituições de qualidade transformam modesto crescimento em muito desenvolvimento, lição que felizmente vem sendo confirmada, expandida e fortalecida pela pesquisa econômica de fronteira.

O crescimento dos países emergentes e periféricos tem sido essencialmente episódico: surtos de crescimento acelerado, seguidos de ainda mais destacados períodos de estagnação. Em contraste, o alto nível da renda dos países mais avançados não resultou de surtos de crescimento acelerado, mas sim da persistência do crescimento moderado. A força da estabilidade associada ao poder das taxas compostas é que faz as sociedades contemporâneas realmente avançarem.

O problema não está, portanto, na ausência de crescimento acelerado, mas na falta de consistência do crescimento. Os países avançados não são ricos porque cresceram rapidamente, mas porque fizeram isso a taxas modestas durante longos períodos.

É muito mais importante trabalhar com persistência para solucionar os problemas, tendo como objetivo a qualidade das instituições, um Estado a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço do Estado, do que obsessivamente turbinar o crescimento. Qualidade de vida e qualidade das instituições devem ser os objetivos. Crescimento acima da média mundial pode até ser consequência, mas só com a ajuda de excepcionais circunstâncias.

1 O que foi dito até este ponto é uma atualização de passagens do artigo “Devagar e sempre”, publicado em 21 de março de 2006 no *Valor Econômico*. Os parágrafos seguintes sintetizam o ensaio bem mais profundo de André Lara Resende, publicado no caderno de fim de semana do mesmo jornal em 17 de abril deste ano, coincidentemente com o mesmo título.



De olho na agricultura de baixo carbono

No ano safra 2013/2014, encerrado em junho, cerca de R\$ 4,5 bilhões foram oferecidos em forma de crédito a produtores rurais por meio do Programa ABC, com a finalidade de estimular ações voltadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa – sendo R\$ 2,364 bilhões até abril deste ano.

Esse e outros dados estão contidos no *Relatório 1: Análise dos Recursos do Programa ABC, safra 2013/2014 (até abril)*, lançado pelo Observatório ABC – iniciativa cujo objetivo envolve engajar a sociedade no debate sobre a agricultura de baixo carbono e monitorar a implementação do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

O plano integra os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima, para mitigar suas emissões de gases de efeito estufa, e o Programa ABC é a linha de crédito que possibilita aos produtores rurais se adequarem às diretrizes de tal plano.

A novidade é o lançamento dos dados no website: as informações serão disponibilizadas em um sistema de dados de acesso livre em observatorioabc.com.br. Os internautas poderão gerenciar os dados de safras a partir de 2010/2011 sobre o desembolso de recursos em categorias, tais como finalidade de investimento, estados e regiões, fonte de recurso, agente repassador e ano safra, usando gráficos e tabelas.

O Observatório ABC é coordenado pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (GVAgro) e desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes (GVces).

CONCENTRAÇÃO REGIONAL

O relatório mostra que, como nos anos anteriores, os recursos se concentram nas regiões Centro-Oeste (R\$ 885 milhões) e Sudeste (cerca de 40% do valor desembolsado no total, ou

R\$ 801 milhões). Os estados protagonistas foram: Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul, com percentual de participação de 17,8%, 14,7%, 14,3% e 13,8%, respectivamente.

Norte e Nordeste continuam sendo as áreas que menos recebem recursos, ainda que sejam prioritárias para as ações do programa devido à vasta extensão de pastagens degradadas e à baixa eficiência de sua agropecuária. Juntas, as regiões foram contempladas com apenas 21% dos contratos firmados com o programa e receberam R\$ 405 milhões.

Os principais fatores dessa baixa adesão são os problemas fundiários e a falta de assistência técnica. Além disso, a maioria dos produtores da Região Norte já está comprometida com linhas de crédito do Fundo Constitucional do Norte (FNO) e, os do Nordeste, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo o relatório, esse cenário reforça “a necessidade de maior participação dos principais atores envolvidos do Plano e no Programa ABC da Região Nordeste, bem como uma maior aproximação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (por meio da Empresa Brasileira de Agropecuária - Embrapa e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), em relação aos estados do Nordeste para ampliar a capacitação técnica”.

Um entrave para o Programa ABC crescer em todo o País, segundo análise do Observatório, é a taxa de juro – de 5% ao ano –, que reduz sua competitividade diante de outras linhas de crédito. Soma-se a isso o alto grau de exigência para a obtenção do crédito, já que é exigido dos produtores apresentar um projeto georreferenciado da propriedade e de análises do solo.

O relatório é o primeiro de uma série de quatro publicações que devem ser lançadas explicitando as atividades do segundo ano de trabalho do Observatório e está acessível em seu site.

PRATA DA CASA

O surpreendente “não”



Uma decisão da prefeita Darcira de Souza Pereira mexeu com o cotidiano da região do Vale do Rio Doce: foi negada a anuência para a construção de um trecho de um mineroduto da empresa Manabi pela cidade de Açucena (MG), que passaria por uma Área de Proteção Ambiental. A mineradora foi surpreendida pela negativa: “A Manabi já havia deixado um modelo pronto, inclusive com um ‘xizinho’ para eu assinar. Descobrimos que já haviam feito sondagem em diversas partes da cidade e até mesmo negociações com proprietários rurais por onde deve passar o mineroduto”, explicou a prefeita ao jornal *Brasil de Fato* ([leia mais em bit.ly/1meOP3E](http://leia.mais.em.bit.ly/1meOP3E)).

Darcira, que iniciou sua atuação política em movimentos sociais populares, justifica a decisão com a necessidade de ampliar as discussões com a comunidade açucenense sobre a obra e seus custos, principalmente entre os líderes comunitários das áreas impactadas. Açucena já viveu a implantação de duas hidrelétricas e está inserida em uma região bastante influenciada pela mineração. O veredito surpreendente abriu espaço para o debate sobre as intrincadas relações entre desenvolvimento econômico e a garantia de direitos em outros municípios. – **Carol Nunes**

Leia em fgv.br/ces/pagina22 a íntegra da entrevista com a prefeita de Açucena, Darcira de Souza Pereira.

MUNDO AFORA

Aquecimento em 9 capítulos

A série *Years of Living Dangerously* foi lançada em abril com a intenção de sensibilizar a audiência a respeito dos impactos da mudança climática e popularizar ainda mais o tema – algo que Al Gore conseguiu com êxito após o filme *Uma Verdade Inconveniente* (2006). Os nove episódios mostram um elenco de estrelas (Matt Damon, Harrison Ford e Jessica Alba são alguns) que viajam para áreas afetadas pelo aquecimento, entrevistam especialistas e a população local e buscam saídas para os problemas. Eles ainda abordam temas sensíveis, por exemplo a religião como um dos motivos para a alienação da população sobre o tema. A série está completa em yearsoflivingdangerously.com.

Jogo limpo

Embalados pela Copa do Mundo, a Rede Brasileira do Pacto Global lançou sua versão no País de *Combatendo a Corrupção no Patrocínio Esportivo e nas Ações de Hospitalidade – Um guia prático*. O documento propõe às empresas uma nova visão sobre o patrocínio a grandes eventos esportivos para o fim da corrupção no setor.

São apontados riscos recorrentes e propõe-se uma metodologia para melhorar a transparência e a ética em contratos e prestação de contas nesses eventos. O guia também aborda as “ações de hospitalidade” – a troca de favores e presentes entre patrocinadores e entidades desportivas. Faça o download em pactoglobal.org.br.

VALE O CLICK

CAUSOS DA FLORESTA

Crônicas Transamazônicas – pequenas histórias cobertas de poeira é um blog escrito pela jornalista Elisa Estronioli, que trabalha no Movimento dos Atingidos por Barragens e mora em Altamira (PA). Com um olhar delicado, conta causos da região, como o do compadre Evandro – sem energia elétrica e esperança na Seleção Brasileira durante a Copa. Em transamazonicas.wordpress.com.

TRABALHO DIGNO

O jogo digital “Escravo, nem pensar!” é voltado para crianças e adolescentes como forma de instigá-los a refletir sobre o trabalho escravo contemporâneo. O jogador deve ajudar um homem que deixa sua terra natal em busca de trabalho e acaba explorado pelo patrão. Com coordenação da ONG Repórter Brasil e apoio do governo federal, o game pode ser usado por escolas e pelo público em geral no site escravonempensar.org.br.



NOVO SITE

O Instituto Trata Brasil lançou um novo portal com mais dados de saneamento básico – que atualmente ficam disponíveis apenas nos canais oficiais de governos. A plataforma tratabrasil.org.br foi atualizada para facilitar a busca sobre as situações no Brasil e no mundo e tem melhores atalhos para estudos e projetos.



BRITNEY BUSH BOLLA/WICHER

Gargalos do vidro

Expansão do uso de cacos na indústria de garrafas e potes no Brasil depende da redução dos custos logísticos e da carga tributária sobre reciclados **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

A relação dos humanos com o vidro começou aproximadamente 1,5 milhão de anos atrás, ainda na Idade da Pedra. Mas tratava-se de um vidro formado naturalmente, a pedra obsidiana (espécie de vidro vulcânico), formada com o resfriamento do magma expelido pelos vulcões e empregada na montagem de colares, lâminas cortantes e pontas de lança. A fabricação propriamente dita de vidro teria iniciado somente por volta do ano 2000 a.C. na Fenícia, onde hoje se situam Líbano e partes de Síria e Israel. Desde então, o processo básico para produzir vidro é praticamente o mesmo: sílica (presente na areia), cal e soda são aquecidos a temperaturas de até 1.800 graus até passarem para o estado líquido; em seguida, o líquido é resfriado abruptamente para até 100 graus, voltando ao estado sólido, agora como vidro.

Apesar de deter vantagens ambientais indiscutíveis na comparação com outros materiais utilizados na produção de embalagens, podendo ser reutilizado por cerca de 30 vezes sem perder sua

qualidade ou reciclado infinitamente, o vidro perdeu boa parte de seu mercado de embalagens para o plástico, o alumínio e o aço, sobretudo nas três últimas décadas. O material foi vítima da busca de conforto, segurança e praticidade pelos consumidores. Afinal, o vidro pesa mais, ocupa mais espaço na cozinha e é muito perigoso quando quebra.

Um dos aspectos ambientais vantajosos do vidro é o menor consumo de energia. Para produzir 1 tonelada de vidro com 40% de cacos (desempenho do setor no Brasil), gastam-se 965 kwh, segundo Stefan David, consultor em sustentabilidade e meio ambiente da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro). Trata-se de consumo ao menos 35% inferior à energia para fabricar 1 tonelada de alumínio com 90% de metal reciclado (como de fato ocorre no País).

Na Europa, o uso do vidro virgem e reciclado nas embalagens cresceu significativamente nos últimos 10 a 20 anos. Levantamento da federação europeia das embalagens de vidro (Feve, na sigla em

inglês) mostra que em torno de 25 bilhões de garrafas e potes foram coletados para serem reciclados na União Europeia (UE) em 2012, atingindo 71% do total de embalagens de vidro descartadas, a maior taxa da história no Velho Continente. O mesmo estudo indica que o consumo de produtos embalados em garrafas e potes na UE cresceu 39% entre 1990 e 2012, enquanto a taxa de reciclagem de vidro aumentou 131% no mesmo período.

Não há no setor no Brasil estatísticas tão apuradas como as da Europa, até porque um quinto das garrafas flui pelos canais informais, boa parte alimentando o mercado de bebidas falsificadas, estima David, da Abividro. Segundo ele, o dado mais seguro é o da Abividro sobre a taxa média de utilização de cacos de vidro nas fábricas de garrafas e potes de vidro no País. Há oito anos, o percentual permanece estagnado em 40% do volume total de vidro produzido. “Esperamos aumentar essa fatia para 60% nos dez anos iniciais de vigência do acordo setorial da logística reversa das embalagens”, prevê.

Para isso, a indústria entende que dois problemas precisam ser solucionados. Por um lado, é necessário encontrar uma saída para cobrir os custos da logística reversa do vidro no caso de distâncias superiores a 170 quilômetros das fábricas.

Como a maioria das plantas vidreiras situa-se no Leste do País, mais próximas da costa, o transporte de vidro reciclável das regiões de consumo para as fábricas é muito custoso. Essa distância dificulta a inclusão do vidro no sistema nacional de logística reversa das embalagens.

O tema dos custos do transporte levou a Abividro a formular uma proposta de acordo setorial bastante distinta daquela da chamada Coalizão, que reúne o Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) e dezenas de empresas e associações de classe. A proposição da Abividro contempla a criação de uma entidade gestora, que se incumbiria de dividir os custos da logística reversa proporcionalmente à participação no mercado de cada elo da cadeia de produção de garrafas e potes de vidro – consumidores, varejo, envasadores e indústria.

De outro lado, e nisso há consenso entre os diferentes atores do setor de embalagens, a indústria vidreira defende o fim do que considera como “bitributação”, por onerar o produto após ser fabricado a partir da matéria-prima virgem e quando ele retor-

na ao mercado como produto reciclado. De acordo com estudo preliminar elaborado pela LCA Consultores, sob encomenda da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a desoneração tributária da logística reversa poderia poupar gastos fiscais de R\$ 3 bilhões (projeção para 2013) a R\$ 4,9 bilhões (2020). No setor de embalagens, a renúncia fiscal alcançaria entre R\$ 1,2 bilhão (2013) e R\$ 2,5 bilhões (2020). O consultor da Abividro estima que o benefício fiscal atingiria ao redor de R\$ 65 milhões ao ano.

Na lacuna do acordo setorial, os dois principais fabricantes de embalagens de vidro no Brasil – a americana Owens Illinois e a Verallia, divisão de embalagens do grupo francês Saint-Gobain – criaram sistemas voluntários de logística reversa com apoio de parceiros. O programa de logística reversa da líder Owens, “Glass is Good”, é realizado no País desde 2010 de maneira colaborativa com cooperativas, casas noturnas, restaurantes e bares. Em torno de 8 milhões de garrafas de bebida foram recicladas,

ou 4 mil toneladas de vidro. As garrafas são coletadas em 85 estabelecimentos – localizados nas cidades de São Paulo e Recife e até o fim de 2013 também em Fortaleza – definidos pela indústria de bebidas premium Diageo, cliente da Owens e patrocinadora do programa. A companhia é a maior compradora de cacos de vidro do mundo, respondendo por 36% desse mercado. No Brasil, a Owens adquiriu no ano passado 207 mil toneladas de vidro reciclável, ou 37% do volume total de cacos reaproveitados pela indústria no País. Mas não informa a taxa de utilização de cacos nas suas linhas de produção.

A subsidiária brasileira da Verallia também não revela o quanto usa de cacos nas suas fábricas. Informa, porém, que mais de 70% do volume de cacos vêm de uma rede com mais de 65 fornecedores externos (cooperativas, beneficiadores, fabricantes de embalagens e envasadores) para atender às suas três fábricas no Brasil – situadas em Porto Ferreira (SP), São Paulo, capital, e Campo Bom (RS).

Em parceria com a Abividro e a GMS Entulhos, a Verallia iniciou em 2012 um projeto voltado para bares e restaurantes da Vila Madalena que participam do “Menu Sustentável”, evento promovido em junho na cidade de São Paulo durante a Virada Sustentável. A GMS recolhe nos estabelecimentos garrafas vazias que são entregues à unidade da Verallia situada na capital paulista. **ZZ**

Desonerar a logística reversa pouparia gastos de R\$ 3 bilhões

Fundo no planejamento

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL FOTO PEPE GUIMARÃES

A criação de um fundo capaz de bancar estudos e políticas que preparem determinada região para receber grandes obras pode inaugurar um novo patamar em termos de desenvolvimento local no Brasil. Até então, medidas para redução de impactos sociais e ambientais são tomadas juntamente com ou depois da instalação do canteiro de obras. Reunir recursos que permitam desenhar o que se vislumbra para determinado local em um futuro próximo não só contribui para melhor administrar impactos negativos como abre a possibilidade de planejar oportunidades positivas de desenvolvimento.

Essa é a proposta que **Hector Gomez Ang**, *country manager* no Brasil da International Finance Corporation (IFC), detalha nesta entrevista. A IFC é o braço financeiro do Banco Mundial, dedicada ao setor privado, com atuação em mais de 100 países. Na visão de Ang, o Brasil distingue-se dos demais mercados emergentes em razão de uma forte agenda socioambiental.

O que o IFC entende por desenvolvimento local?

Como uma instituição financeira e de desenvolvimento, temos uma série de critérios que visam o desenvolvimento ambiental e social de qualquer projeto que seja por nós financiado. Isso compreende o desenvolvimento local. Temos aprendido e aprimorado nosso entendimento. Nossa visão é que toda grande obra tem de trazer benefícios e minimizar impactos para as comunidades e partes interessadas que estão na região da grande obra.

Mas, quando o senhor fala em “desenvolvimento local”, quer dizer o que exatamente?

Grandes projetos de infraestrutura geralmente estão em uma área remota, com baixa densidade demográfica em termos absolutos e com nível limitado de capacidade do setor público para agir e reagir aos impactos que vêm. Então, nossa aproximação tem a ver tanto com a parte anterior quanto com a que vem depois da instalação. Significa desenvolvimento da capacidade local do governo, compartilhamento dos benefícios, oportunidades de longo prazo para as comunidades. A outra questão é o que acontece quando a obra acaba, e aquele fluxo de pessoas vai embora.

Que critérios a IFC usa para definir políticas de financiamento a empreendimentos de

Nascido no México, Hector Gomez Ang chegou ao Brasil em 2011 para desenvolver negócios da IFC no Nordeste, na Amazônia e no Cerrado. Na instituição desde 2007, trabalhou na área de investimentos no México e na América Central. Formado em Química e Engenharia de Sistemas, possui 20 anos de carreira no mercado financeiro e de negócios globais, com passagem pela AIG Seguros e Citigroup.



**grande porte? E como a IFC usa a concessão de financiamento para condicionar a adoção de práticas sustentáveis?**

A avaliação ambiental e social é tão importante quanto a sustentabilidade financeira, e a gente dedica a mesma quantidade de tempo para entender e avaliar esses impactos. Um projeto típico da IFC terá uma avaliação financeira e do negócio – se é rentável –, e depois sobre todos os impactos sociais e ambientais.

Antes da obra?

Vai depender do tipo de projeto. Se for de mineração, muito provavelmente será antes; se for uma fábrica existente no meio da Amazônia, o trabalho é entender como esse projeto vai gerir esses potenciais impactos. Não tem nenhuma regra, é caso a caso.

O ideal é que fosse antes, não é?

No mundo ideal, sim. O ideal é que não tivesse nada, que os impactos fossem totalmente gerenciados. Mas o mundo ideal não existe. Claramente é mais fácil fazer todos os estudos antes do que depois da obra já instalada.

Vocês dão pesos iguais para os critérios ambientais, sociais e econômicos na concessão de financiamento?

Não é um modelo matemático, isso faz parte de uma série de avaliações e decisões que se baseiam em informações, mas o que posso dizer é que, se um projeto não for sustentável social ou ambientalmente, nossa decisão será de não financiá-lo ou desenvolvê-lo. Mas não é algo binário, um ou zero. Se as melhores práticas estão aqui (*mostra com uma mão um patamar alto*) e projeto está aqui (*mostra com a outra mão um patamar mais baixo*), vamos dizer ao cliente o que precisa fazer para minimizar os impactos. Se o cliente aceitar fazer um planejamento para atingir esse nível mais alto em um período relativamente rápido, a gente vê isso como parte de nosso papel.

O papel de indutor a um nível mais próximo do ideal?

Sim. O momento em que você tem maior poder para esse alinhamento é quando está negociando um financiamento. Uma vez que já financiamos um projeto, é sempre mais complexo “barganhar”. A nossa

primeira linha de defesa é a escolha dos parceiros e dos clientes para fazer esses projetos. Analisando nosso histórico, a principal razão para o sucesso desses projetos que têm um grande impacto é o nível de compromisso do cliente ou do parceiro com os temas socioambientais. Esse é o ponto de partida. Pode haver todos os mecanismos, as regras, mas, se o empreendedor não tiver isso claro, não vamos chegar a lugar nenhum.

É o empreendedor que busca a IFC?

Digamos que em metade dos casos nós ativamente fomos procurar o cliente, porque são projetos alinhados à nossa estratégia. E, na outra metade, foi a empresa que nos procurou. Embora tenhamos no Brasil um dos maiores programas de investimento da IFC no mundo, com cerca de US\$ 2 bilhões por ano, não temos aqui nenhum grande empreendimento no momento, como hidrelétricas.

Por que não?

Tem a ver com o modelo de financiamento de infraestrutura no Brasil, em que os bancos estatais têm uma atuação relevante. Não é porque a IFC não quis financiar, é simplesmente porque, nesses projetos, quando chegam a uma fase de implementação, o empreendedor tem acesso a um financiamento muito competitivo fornecido pelos bancos estatais. Se a gente tivesse a oportunidade, avaliaria. Para a frente, a nossa visão é que o modelo de financiamento da infraestrutura no Brasil vai mudar, vai evoluir para um modelo que tenha mais fontes privadas – o que faz parte da sustentabilidade do modelo financeiro –, e a nossa expectativa é que a gente vai se envolver, sim, em projetos de grande porte.

Financiando esses agentes privados?

Sim, a gente está se preparando para isso. Todos os corredores logísticos que estão sendo desenvolvidos no Tapajós, para escoamento da produção no Norte, toda essa parte tem a ver com uma agenda de competitividade para a IFC. Ou seja, o Brasil tem produtores agrícolas muito competitivos, mas, quando essa produção chega ao porto, eles perdem a competitividade. Então há uma série de obras de logística que estão alinhadas à nossa estratégia. Está tendo e vai ter um *boom* na região, com o seguinte desafio:

O maior poder de induzir práticas está na negociação de financiamentos

como administrar esse fluxo de pessoas, de dinheiro, de receitas, em comunidade pequenas, como Itaituba (*no Pará*)?

Diante disso, estamos conversando com determinados atores para talvez desenvolver algum mecanismo, que chamamos de *early funding*, ou financiamento antecipado, por meio do qual, antes de se implantar o projeto, vão-se fazer os estudos e desenhar as ações que são necessárias. E isso custa. Alguém tem de bancar esses estudos e ações. Se você não fizer um negócio integrado e abrangente, virão os privados e farão o melhor que puderem, mas precisariam de uma ação concertada, para desenhar como essa região deverá ficar daqui a cinco anos. Conforme vão se instalando, as empresas devem devolver o dinheiro a esse fundo antecipatório. É uma ideia ainda muito embrionária, mas é uma das formas de fazer.

Para a empresa realizar tanto os estudos quanto a obra, precisa de um financiamento que depende primeiro da aprovação do licenciamento ambiental. Então, o estudo chega ao mesmo tempo que o canteiro de obras. Com essa iniciativa, vocês antecipariam a liberação do recurso, é isso?

A ideia é ajustar um pouco mais o mundo que a gente considera próximo do ideal.

Essa é uma ideia da IFC global ou brasileira?

É um conceito que a IFC no Brasil tem conversado com algumas partes interessadas relevantes, incluindo BNDES, algumas ONGs, entes privados. Compare quanto será investido na região da Amazônia – R\$ 40 milhões, 50 milhões, 100 milhões – com outros projetos de porte na infraestrutura na América Latina, como a expansão do Canal do Panamá, de R\$ 10 milhões. Veja como aqui as dimensões são gigantescas. Então, são grandes oportunidades e grandes desafios. Nossa visão é de que temos um papel a desempenhar nesse grupo, mas isso no Brasil, por enquanto.

Como funcionaria exatamente esse fundo?

O IFC e alguns parceiros – outros bancos, empresas de logística, talvez alguns doadores – colocariam dinheiro em um fundo para desenhar como será o futuro dessas regiões. O dinheiro será gasto em estudos e políticas, e o IFC ficaria no meio dos parceiros para dar transparência ao processo. E não basta sair com um ótimo relatório – relatórios já tem muitos –, é preciso ajudar o governo local, pre-

Uma ação planejada custa. Alguém tem de bancar esses estudos e políticas

feitas e governo do estado a ter a capacidade de implementar, adquirir a capacidade de gerenciar esse futuro que virá. No futuro, serão instalados um estaleiro, um porto, uma fábrica de mineração. Esses atores vão chegar e devolverão parte do recurso que foi usado para esses estudos, para recompor o fundo. O fundo recomposto será usado para financiar estudos em outras áreas. No mundo ideal – não existe ainda – o fundo deveria ter fôlego para trabalhar em várias áreas ao mesmo tempo, ao menos em dois lugares. É uma ideia interessante, mas tem de ser aterrissada.

Depende do que para aterrissar? O que falta?

Eu sou um otimista. O primeiro requisito é o compromisso de todos os envolvidos. Depois, conversar sobre os detalhes com os potenciais parceiros e ver quem será o pai da criança, pois é preciso ter uma liderança para implementar. Existe o compromisso do governo, das prefeituras, dos diferentes financiadores, todos estão se alinhando. E tem uma necessidade, então acredito que a iniciativa tem futuro.

E todos ganham, não é? Ou não?

Sim, tem um ganha-ganha.

Essas ações seriam basicamente no Norte do País?

É que o Norte é a região que está recebendo maior volume e tem aspectos sociais e ambientais mais desafiadores, mas você pode fazer isso em qualquer lugar que receberá projetos de grande porte. No nosso caso, fora do Brasil, tem esse tipo de engajamento no Peru, onde há grandes investimentos em mineração e com forte impacto nas comunidades. A IFC engajou-se às prefeituras para criar capacidade de administrar os recursos que vêm desse *boom* de mineração, em benefício das comunidades.

Como a política de financiamento da IFC variou ao longo do tempo no Brasil, em face do aumento das pressões da sociedade civil e à luz das experiências bem e malsucedidas?

A IFC criou em 2006 os Performance Standards,



No Brasil, estamos bem à frente na curva socioambiental

ou Princípios de Sustentabilidade, formado por oito mandamentos: avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais; condições de emprego e trabalho; eficiência de recursos e prevenção da poluição; saúde e segurança da comunidade; aquisição de terra e reassentamento involuntário; conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos; povos indígenas; e patrimônio cultural. A depender da complexidade do projeto, podemos aplicar um, dois, três princípios, ou todos. Isso foi em 2006. Eles começaram a passar por uma revisão em 2009, o processo de consulta pública e multissetorial foi finalizado em 2012, e saímos com princípios já aprimorados. De 2006 a 2012, houve pouca mudança, a não ser pelo fato de refletir melhor a questão da mudança climática, que não era necessariamente contemplada em 2006. No caminho para isso, a gente ajudou a criar os Princípios do Equador, que foram baseados nos Performance Standards, adotados pelos bancos para o financiamento de obras.

Em que nível o Brasil se encontra na evolução dessas políticas no contexto mundial?

Nossa aproximação ao desafio é a mesma em qualquer lugar do mundo.

Mas podemos dizer que no Brasil há uma pressão, uma cobrança maior?

No Brasil, a agenda ambiental e social é muito mais presente que em outros mercados, claramente. É muito atuante, há muitas organizações que estão envolvidas, voltadas para manter a agenda socioambiental no topo. Por outro lado, os principais projetos com maiores desafios sociais e ambientais, tanto na América Latina como em nível global, estão no Brasil. Parece lógico que isso aconteça, mas poderia ser que não. Que o socioambiental tivesse extrema baixa prioridade no Brasil – essa seria a pior combinação possível. Então, o nível de desafios dos projetos está no nível da importância da agenda no Brasil. Importante dizer que essa comparação é fei-

ta entre países em desenvolvimento. Estamos comparando, com a América Latina, a África e a Ásia.

Para a IFC no Brasil, o que significa a agenda socioambiental estar “no topo”?

Uma grande oportunidade, pois queremos ter um sócio, um parceiro que dê a mesma prioridade aos temas socioambientais que a gente dá. Significa que aqui não é preciso ficar convencendo as pessoas sobre a importância do tema e, sim, combinar com elas qual a melhor forma de se aproximar do desafio. No Brasil, estamos bem à frente na curva, quando se compara com outros mercados.

Isso se daria por que razão? Pela riqueza dos nossos biomas, por exemplo?

Essa seria uma das razões. Já me fiz esse questionamento muitas vezes. Na minha visão tem a ver com momento do desenvolvimento do País e com temas ligados até à liberdade de imprensa. Aqui, falar, mostrar e poder sair à noite para comer pizza tem uma vantagem! (risos)

A maior parte da população brasileira precisa de uma oferta garantida de energia, por exemplo. Mas temos populações indígenas e povos tradicionais que acabam sendo sacrificados, tendo de mudar seus

modos de vida diante da transformação do ambiente onde vivem, ocupado há séculos. Em sua opinião, é válido que uma parcela da população tenha de se submeter aos interesses de outra? Quando se decide por uma obra a contragosto

dessas populações está subentendido que uma tem mais valor e mais direitos que a outra, pelo fato de ser maioria numérica e de fazer parte de um modelo econômico e civilizatório dominante?

Um amigo meu, que está com a filha na faculdade, me disse que o pior que aconteceu foi a filha começar a lhe fazer essas perguntas! (risos) É aquele equacionamento entre o bem para a população e os impactos sofridos por uma minoria. Já que se vai beneficiar uma maioria, é preciso fazer todo o possível para minimizar o impacto da minoria e tentar criar, com isso, uma oportunidade de desenvolvimento. Mas esta não é uma discussão fácil. [vz](#)

A força dessa agenda tem a ver até com liberdade de imprensa



Chororô da poluição

Nos EUA, empresários criticam o cerco à emissão de gases, embora haja evidências de que os benefícios socioambientais e os ganhos de eficiência compensam os custos

O anúncio de que a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) dos EUA apertará o cerco contra a emissão de gases desencadeou uma temporada sem-fim de lamúrias. Em junho, a EPA divulgou que restringirá as emissões de carbono por parte das termoelétricas a carvão, responsáveis por 40% dos gases-estufa emitidos no país. O órgão também estuda reduzir o limite máximo de poluição atmosférica por **→ ozônio**.

O ozônio é produzido pela exposição aos raios solares de compostos orgânicos voláteis e óxidos de nitrogênio, exalados por veículos e indústrias

Os dois anúncios provocaram alvoroço entre lideranças industriais que veem as normas ambientais como obstrução da economia. Antes mesmo do anúncio oficial, a Câmara de Comércio dos EUA saiu a

público para dizer que a decisão do governo Obama de reduzir as emissões de carbono das termoelétricas custará, ao ano, US\$ 51 bilhões. Principal representante dos interesses empresariais no país, a Câmara atribuiu os gastos exorbitantes a uma elevação no custo da eletricidade e a uma suposta perda de empregos e investimentos. O número foi contestado pela EPA, que considerou o cálculo inflacionado e descolado da realidade. Ele não levaria em conta, por exemplo, os benefícios associados ao ganho de eficiência energética ou à substituição de combustíveis.

A possível mudança das normas que regem o ozônio também causou revolta entre o empresariado. "Será a regulamentação mais custosa de que se tem notícia", declarou Howard Feldman, diretor do American Petroleum Institute, um das principais lobistas dos setores do petróleo. Para reforçar seu ponto de vista, a API circulou um mapa em cores fortes alertando que áreas urbanas onde vivem 94% da população dos EUA teriam sua economia inviabilizada.



Sim, os gastos poderão ser elevados. A EPA calculou que padrões mais restritivos de emissões de ozônio representarão US\$ 90 bilhões anuais em custos adicionais para os empreendedores. Normas ambientais geralmente impõem investimentos em conformidade, elevando custos – e isso precisa ser contabilizado pelas empresas.

Mas há crescentes evidências de que os benefícios socioambientais com frequência compensam esses custos. O controle ambiental cria empregos (da equipe encarregada da elaboração de estudos de impacto ambiental aos fabricantes de sistemas eólicos) e exige eficiência nos processos. E, mais importante, ele reduz as ocorrências de infecções, doenças respiratórias e cardíacas e uma série de outros males que consomem bilhões em gastos em saúde e perda de dias de trabalho.

Desde que a EPA estabeleceu suas primeiras normas antipoluição atmosférica, em 1970, houve uma queda de 72% na contaminação do ar por ozônio, monóxido de carbono, chumbo, material particulado e dióxidos de nitrogênio e enxofre. Em decorrência, o país diminuiu as perdas de dias trabalhados em 13 milhões e as hospitalizações em 86 mil ao longo de três décadas.

Há evidências, inclusive, de que as normas ambientais são melhores para a eco-

nomia do que outras regulamentações. No ano passado, a Casa Branca fez uma análise da relação custo-benefício de centenas de medidas legais federais da década anterior. O estudo concluiu que as normas ambientais foram as que tiveram saldo mais positivo, apesar de seus custos elevados. A medida com melhor retorno por investimento foi uma decisão de 2012 que estabeleceu novos padrões de emissões de mercúrio, arsênico e chumbo em termoelétricas a carvão – elas, mais uma vez. Amplamente combatida pelo lobby das carvoarias, a norma teve um custo anual de US\$ 8,1 bilhões, mas gerou benefícios estimados entre US\$ 28 bilhões e US\$ 77 bilhões por ano.

Quem não quiser se fiar apenas nos cálculos antagônicos das indústrias ou do governo americano – que, afinal, têm interesses bem claros – pode desempatar essa briga numa rápida consulta à academia. As evidências científicas de que o controle ambiental compensa de um ponto de vista financeiro tornam-se cada vez mais robustas. Robert Costanza, um dos pais da Economia Ecológica, acaba de lançar um estudo com pesquisadores de vários países em que estima as perdas econômicas associadas à destruição da natureza em US\$ 20 trilhões anuais no período entre 1997 e 2011. Sem comando e controle o buraco seria, com certeza, bem maior.



Começando pelo **começo**

A criação de uma linha de financiamento anterior ao início de grandes obras de infraestrutura pode ser o pulo do gato para promover o desenvolvimento local

POR **MAGALI CABRAL**
COLABOROU **CAROL NUNES**

O melhor percurso entre a urgência desenvolvimentista contida nos grandes empreendimentos de infraestrutura que pipocam pelo País e o interesse dos povos que habitam as regiões impactadas durante as construções nunca foi tão pesquisado como agora. Um dos caminhos já identificados é o da criação de investimentos antecipatórios. Seria como inverter a ordem atual dos intrincados processos característicos das obras públicas de grande porte e seus modelos de financiamentos.

➤ **Organização que desenvolve soluções econômicas associadas à conservação do meio ambiente**

Por exemplo, projetos voltados para o desenvolvimento local – como o louvável Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) **■**, que o governo federal está levando aos 12 municípios paraenses da Terra do Meio, impactados pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – deveriam ser os primeiros a chegar aos territórios, muito antes de os canteiros de obras serem erguidos.

Há quem já esteja debruçado sobre outros modelos de financiamento. A International Finance Corporation (IFC) – braço financeiro do Banco Mundial – planeja criar uma espécie de fundo antecipatório, como revela à PÁGINA22 Hector Gomez Ang, *country manager* da instituição no Brasil, em entrevista nesta edição (à pág. 14).

Um dos nós que impedem um desencadeamento harmônico no processo de instalação de grandes obras em áreas com baixa capacidade institucional, carente de serviços públicos, como as localizadas na Amazônia, é atribuído, por vários especialistas, à forma como os processos para a obtenção de licenciamentos ambientais são conduzidos.

“Temos uma contradição já na largada que é o estudo de impacto socioambiental ser realizado pelo próprio empreendedor, o maior interessado em obter o licenciamento,” aponta o coordenador adjunto do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA), Marcelo Salazar.

E não é só isso. Encarregadas de cumprir as ➔ **condicionantes**, as empresas, antes de poderem agir, são obrigadas a esperar a obtenção das primeiras licenças de operação, por meio das quais conseguirão o financiamento para a obra e para as ações compensatórias. Por essa lógica, as compensações socioambientais pactuadas nos contratos en-

tre empresas e governo só poderiam mesmo chegar ao destino paralelamente ou depois da instalação do canteiro de obra. “Infelizmente ainda não temos uma estrutura de financiamento anterior ou dentro do processo de licenciamento que permita investir na região do empreendimento bem antes de as obras acontecerem”, argumenta Salazar.

Segundo John Reid, fundador e presidente da Conservação Estratégica ➔ (CSF, sigla em inglês para Conservation Strategy Fund), isso seria uma inovação no campo da sustentabilidade. Ele desconhece casos de grandes obras no mundo que antecipem para a fase de licenciamento a atenção às comunidades alvo de impactos negativos, mas diz gostar da ideia. Aproveita para sugerir que esse crédito seja ofertado a partir de uma escala de juros decrescentes, conforme a qualidade e a antecipação das ações mitigatórias.

A visão holística do projeto fica no estudo, mas sua aprovação é fragmentada

A VIDA COMO ELA É

O consultor Frederico Bussinger, do Instituto de Desenvolvimento, Logística Transporte e Meio Ambiente (Idelt) enxerga outra fragilidade nos processos de licenciamento e autorização de grandes obras: a falta de sinergia na análise dos impactos. “Fala-se muito em fazer um estudo de impacto ambiental ‘holístico’, que contemple uma visão global do empreendimento, o que é muito bonito no discurso. Mas, no fim das contas, cada parte será analisada e assinada por uma pessoa diferente nos órgãos públicos. Então, a tal visão holística do projeto fica só no estudo, mas não na aprovação, que é superfragmentada”, avalia.

Os processos de licenciamento para execução de grandes obras variam de acordo com o setor da economia. No de energia elétrica, o

■ Para saber mais, acesse pdrsxingu.org.br.

Mesmo que obra não vingue, um choque de políticas públicas faria bem à população

projeto já possui a licença prévia (LP) emitida pelo ➔ **órgão ambiental** na fase do leilão que definirá o empreendedor. A LP explica minimamente o que a região precisa para mitigar alguns riscos. A posterior licença de instalação (LI) é que traz o detalhamento dos impactos e das ações a serem realizadas pela empresa vencedora do leilão.

De acordo com a chefe do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Márcia Leal, a empresa vencedora pactua com o órgão ambiental as condicionantes socioambientais para a obtenção da LI, um dos itens obrigatórios para a liberação de financiamento pelo banco. Ainda que, para efeito de obtenção da LI, o órgão ambiental possa impor a necessidade de ações prévias no território, Márcia Leal lembra que os impactos do empreendimento não podem se confundir com as deficiências preexistentes na região.

Do ponto de vista empresarial, certamente que não. Mas, para Marcelo Salazar, que vive em Altamira há 8 anos e conhece bem o histórico déficit de políticas públicas na região amazônica, o poder público não precisa separar essas duas dimensões.

Ele observa que “independente de quem ganha um leilão ou uma concessão, não faria mal um choque de políticas públicas nas áreas em que o governo mantém interesses estratégicos”. Se a obra “vingar”, a população estará mais protegida dos impactos negativos e, se a obra não “vingar”, o governo terá cumprido sua obrigação.

A lógica do licenciamento está, de fato, desgastada, pelo menos para atender a todas as demandas sociais que surgem a partir de um grande empreendimento. No campo ambiental, as ações avançam mais, mas, no social, algumas ainda são centradas no gerenciamento de populações atingidas ou nas áreas de saúde e educação.

De fato, se Altamira ainda experimenta os prós e os contras do ➔ **boom** irradiado de Belo

Monte, o desemprego, a deflação e uma série de problemas sociais já começam dar sinais em Porto Velho, Rondônia, em função do término das obras das usinas de Jirau e Santo Antônio. Uma possibilidade de evitar esse tipo de impacto seria acrescentar ao rol de exigências para a execução da obra um “licenciamento social” que mostrasse, entre outras coisas, o quanto as comunidades locais resistem em aceitar o empreendimento na região escolhida.

LICENCIAMENTO NA BERLINDA

Bussinger também defende a revisão do processo de licenciamento, mas com outros propósitos. Por exemplo, para que sua execução não continue sendo atropelada pela “judicialização” das obras, o que vem ocorrendo segundo seu diagnóstico. “Caberia ao Ministério Público e à Justiça discutir a legalidade dos processos – se foi feita a audiência pública, se tem Estudo de Impacte Ambiental (EIA)– Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima), se o órgão ambiental analisou. Já o mérito da análise diz respeito ao órgão competente”, afirma ele.

Na avaliação do consultor, o processo decisório de licenciamento e autorização de obras é imprevisível e complexo, o que gera insegurança jurídica aos empreendedores e conflitos com a sociedade civil. “Nós conseguimos criar o pior dos dois mundos – há muita dificuldade para o empreendimento e não conseguimos defender adequadamente o meio ambiente. Quem defende um critério mais global e mais objetivo de análise dos estudos de impacto não está defendendo agressão ao meio ambiente.”

O olhar de Bussinger para os impactos das grandes obras tem um ponto de vista que ele chama de “desimpacto”. Em sua opinião, é um equívoco tratar os projetos de forma individualizada. Por exemplo: quando se criam projetos portuários na Região Norte que evitam a chegada de caminhões ao porto de Santos (SP), há um impacto positivo em todo o

➤ **No caso dos projetos federais, como Belo Monte, a emissão dos licenciamentos é feita pelo Ibama**

➤ **O número de habitantes em Altamira passou de cerca de 100 mil no Censo de 2010 para aproximadamente 140 mil**

Embora busquem agir como articuladoras, empresas não devem se sobrepor aos comitês locais

trajeto do norte do País até Santos. Quando as cargas são postas para serem navegadas, em vez de rodar por rodovias, o impacto é de novo positivo.

No entanto, os licenciamentos vão se ater apenas à sustentabilidade dos projetos portuários e hidroviários e de cabotagem em si e não dão atenção ao “desimpacto” que eles proporcionam. “Por princípio, qualquer um desses projetos é sustentável, porque vêm em benefício do descongestionamento das estradas, da redução do consumo de combustível e da redução das emissões”, afirma. A questão é como compatibilizar os impactos positivos globais com os negativos, no território que recebe o empreendimento.

O CAMINHO DAS PEDRAS

Nos últimos anos, vêm surgindo estudos e metodologias que podem ser importantes facilitadores para o tema do desenvolvimento local em obras de infraestrutura que acarretam grandes impactos.

Um conceito importante na elaboração dos projetos de desenvolvimento local é ter em mente, por exemplo, a não dependência entre o território e o grande empreendimento que está chegando. Ou seja, os empresários não devem acreditar que estão fomentando a economia local apenas por trazer à região milhares de trabalhadores aptos ao consumo ou por contratarem fornecedores locais.

Claro que a chegada de uma empresa e de grandes contingentes de consumidores deve ser vista também como oportunidade de crescimento para os pequenos empreendedores da região. Mas, para atender a essa nova demanda temporária, eles precisam investir e, para investir, precisam se endividar. Um dia a obra acaba, a população flutuante desaparece e como fica a economia local?

A IFC publicou um guia – *Performance Standards on Environmental and Social Sustainability* – sobre como administrar os impactos dos empreendimentos e orientar as empresas para o desenvolvimento local. Entre

outras coisas, sugere que, embora as empresas se inclinem a se tornar articuladoras de determinadas agendas nesse campo, é recomendável que não se sobreponham aos comitês locais. Estes, sim, devem se encarregar da governança das ações socioambientais.

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes (GVces) também desenvolveu premissas que ajudam as empresas em sua chegada aos territórios que receberão o empreendimento. A primeira inclui uma aferição territorial com o objetivo de reconhecer como um locus mais amplo do que o definido nos processos de licenciamento. A segunda trata da participação efetiva e informada das pessoas em espaços francos e abertos de diálogo, de modo que as comunidades expressem a sua visão do que é desenvolvimento. Outra premissa é dialogar com o que existe naquele território: seu capital natural, social e humano.

A última é a da governança dos recursos que financiam a agenda de desenvolvimento local. O recurso deve ser governado por todos, por meio da criação de espaços coletivos, tais como fóruns, com o objetivo de evitar que a empresa se torne um balcão de atendimento que distribui o dinheiro para demandas pontuais, nem sempre alinhadas a um planejamento integrado.

Um bom case de planejamento voltado para o desenvolvimento local é o da pavimentação da BR 163, no trecho entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA), na opinião da secretária executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA), Adriana Ramos. “O projeto em si pode ter lá os seus defeitos. Já as ações que antecederam o início das obras, reunindo todas as partes interessadas para discutir o desenvolvimento na região e a prevenção

dos impactos negativos do asfaltamento, foram acertadas”, avalia.

Segundo Adriana, se o planejamento inclui o compartilhamento da decisão política, são colocadas todas as representações daquela sociedade em um processo de discussão. Assim, esses grupos estarão mais bem informados sobre os prejuízos e bônus. “Eles terão participado do processo de decisão mesmo que sejam, digamos, vontade vencida. Saberão por que aquela decisão foi tomada, e por que o interesse deles foi minoritário. Aí você vai discutir como vai fazer uma obra, mesmo que esta não seja do agrado de todos”, diz.

Nos documentos originais do projeto, o objetivo da BR 163 era apenas o de escoar a produção de soja das fazendas até o porto de Santarém. Não estava previsto nenhum ciclo de desenvolvimento ao longo da estrada. Sem vicinais, por exemplo, os assentamentos no entorno da estrada herdariam apenas o

impacto negativo do desmatamento, da poluição e de uma previsível ocupação irregular das terras às margens da rodovia.

Articulados com a Casa Civil da Presidência da República, o ISA, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e a Fundação Viver Produzir e Preservar do Pará, juntamente com prefeituras e outras representações locais, identificaram os impactos da 163 e criaram um novo projeto em que previu investimentos em várias frentes: segurança, estradas vicinais que ligassem os assentamentos mais afastados à rodovia, reorganização da produção dos pequenos produtores para melhor aproveitamento da rodovia e um ordenamento territorial para garantir que não haveria desmatamento ilegal.

Este exemplo mostra de que já se conhece o “caminho das pedras” no que se refere a grandes obras. A questão, agora, é trilhá-lo. [vz](#)

O recurso deve ser governado em espaços coletivos, como os fóruns

QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ

Quem viveu ou estudou o período do “milagre econômico”, entre 1968 e 1973, sabe que de lá para cá houve uma democratização no modo como o poder público executa grandes obras de infraestrutura. Para viabilizar projetos faraônicos como Usina Hidrelétrica de Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Usina Nuclear Angra 1 e Transamazônica, entre outras, o governo militar transformava os territórios alvos em áreas de segurança nacional. A população era remanejada e ponto final.

“Itaipu era uma empresa odiada porque entrou em um território desapropriando, sem discussão”, relata Herlon Almeida, assistente da diretoria-geral da Itaipu no Brasil.

A empresa fez um grande esforço para mudar o seu perfil de atuação e corrigir sua relação com a comunidade. A usina acabou incorporando um forte compromisso com o território, como no programa Cultivando Água Boa, estratégia de proteção da Bacia Hidrográfica Paraná 3, onde a usina está inserida. (Veja mais em cultivandoaguaboa.com.br)

Segundo Almeida, embora interaja com tudo o que acontece na região, não é a empresa que sempre coordena as ações sociais. “Claro que puxamos muitos projetos, mas nesse campo de desenvolvimento entendemos que não somos nós que temos de liderar. Até porque a usina deve manter sua atividade principal, que é produzir energia”, afirma.

Accesse a publicação em bit.ly/1IK14Xv.



Novo ciclo

FOTOS E TEXTO ANDERSON BARBOSA/
FRACTURES PHOTO COLLECTIVE

Localizada às margens do Rio Xingu, em uma área conhecida como Volta Grande, a Ilha da Fazenda prepara-se para transformações. Depois de passar nos últimos 80 anos por diversos ciclos econômicos, como a extração da seringa e da castanha, a “caça do gato” (uma espécie de gato-do-mato) e o garimpo, sua comunidade, formada por cerca de 60 famílias, hoje vive essencialmente da pesca. Como essa atividade deverá ser afetada pela construção da hidrelétrica de Belo Monte e pela mineração de ouro da canadense Belo Sun Mining Corporation, a Ilha precisará encontrar sua nova vocação. Enquanto isso, muitas pessoas estão em busca de outras oportunidades de trabalho, mudando-se para a cidade de Altamira e demais regiões do Pará.



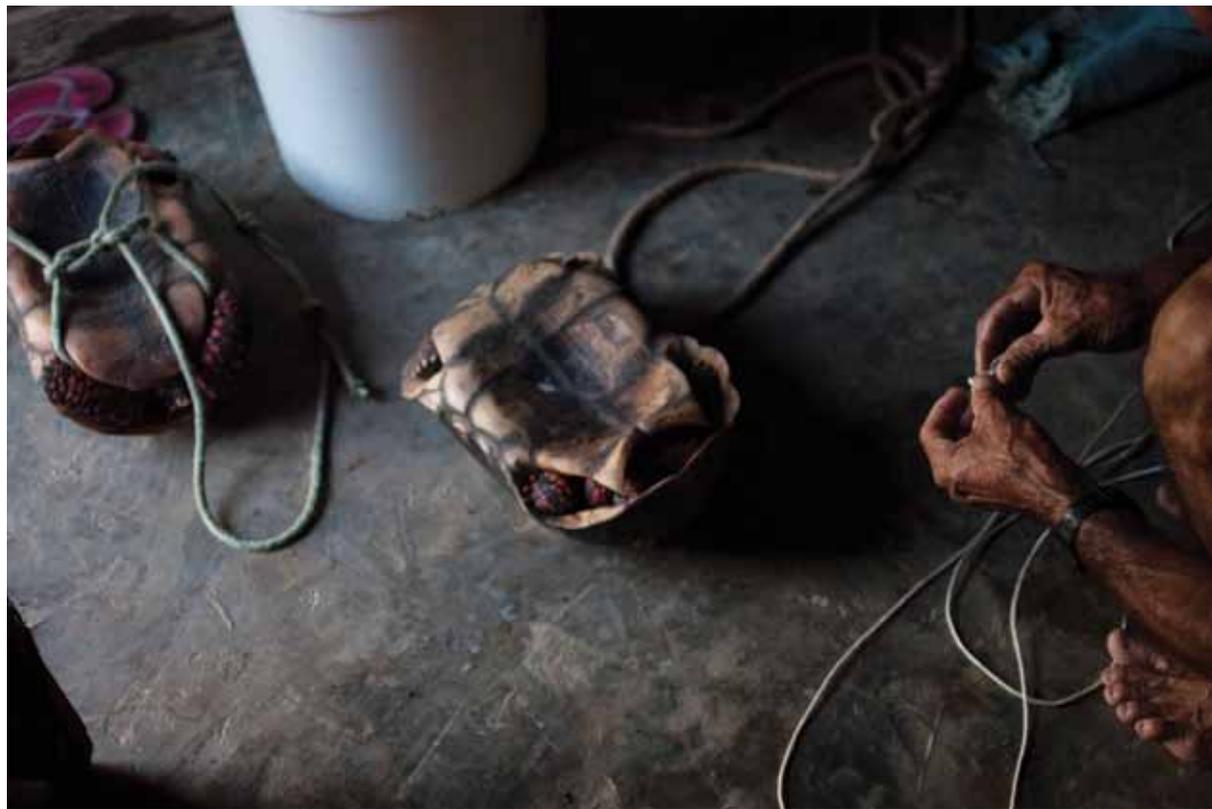
Saúde Centro de atendimento desativado



Trabalho Pequenos comércios também movimentam a economia local



Rocão O mutum de estimação acompanha a família no plantio da mandioca



Almoço Tartarugas fazem parte da dieta local



Refresco Um mergulho no Rio Xingu



Pescado Até então, principal atividade



Lição dada, lição aprendida?

Projeto de hidrelétricas, portos e hidrovia na Bacia do Rio Tapajós reacende discussão sobre o histórico de grandes obras na Amazônia e desafia governo e sociedade a aprender com processos anteriores

POR KARINA NINNI

O Rio Tapajós – que nasce no Mato Grosso, entra no estado do Pará e deságua no Rio Amazonas – é hoje considerado a grande fronteira energética do Brasil. O aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio é sondado desde os anos 1980. Entretanto, os grandes projetos para a Bacia do Rio Tapajós não se reduzem a usinas hidrelétricas (UHE). Incluem também uma hidrovia – a Teles Pires-Tapajós –, a construção de diversos portos, principalmente no entorno de Itaituba, no Sudoeste do Pará, e a pavimentação da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém (*ver mapa à pág. 37*), um enredo que já dura alguns anos. A futura Hidrovia Teles Pires-Tapajós, por exemplo, é considerada estratégica para o escoamento da produção de grãos do Norte de Mato Grosso para o mercado externo – atualmente feita por rodovias até o Porto de Santos e também pela hidrovia do Rio Madeira.

Santarém e Itaituba, ambos no Pará, são os dois municípios mais desenvolvidos da bacia. O primeiro, mais antigo, é o maior município da região, localizado em frente ao encontro entre as águas do Amazonas e do Tapajós. Tem cerca de 300 mil habitantes e também possui o maior PIB entre os municípios da Bacia do Tapajós.

Tornou-se, nos últimos dez anos, importante produtor de grãos, com destaque para a soja, graças à expansão da fronteira agrícola. É chamada pelos paraenses de “Pérola do Tapajós”, abrigando um dos mais lindos cartões-postais do Brasil, o distrito de Alter do Chão, com suas paradisíacas praias de areia branca e as águas verdes-esmeraldas do Rio Tapajós.

Já Itaituba é um município de 100 mil habitantes que, entre as décadas de 1980 e 1990, teve sua economia centrada na extração de ouro. Quando a produção de Serra Pelada começou a cair, no início dos anos 1980, todos os olhos se voltaram para o Tapajós, considerada uma das maiores províncias auríferas do mundo, condição que tem fomentado conflitos sociais e alterações ambientais. E Itaituba, a “Cidade Pepita”, conheceu seus dias de glória. Depois, entrou em declínio. E hoje lida com os garimpos clandestinos, que ainda utilizam mercúrio e cianeto para depurar o ouro. Estrategicamente localizada à beira do Tapajós, cerca de 350 quilômetros ao sul de Santarém (pela BR-163), Itaituba tem acesso curto e rápido à BR-163.

Trata-se, portanto, de uma região de fronteira agrícola, de interesse estratégico, rica em ouro, e que segue o padrão amazônico de fragilidade nos indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Itaituba (0,640) e de Santarém (0,691) figuram entre os mais baixos do País, situando-se nas posições 3.291 e 2.161, respectivamente, no conjunto dos 5.565 municípios existentes no Brasil. A atuação do Estado nas localidades mais longínquas também é pequena.

Some-se a tudo isso a presença de 19 Unidades de Conservação (UCs) e três Terras Indígenas (Kayabi, Munduruku e Sai Cinza) na área de influência das UHEs do Tapajós. Situação que exige enorme esforço de negociação dos atores envolvidos (governo federal, prefeituras, ONGs, sociedade civil, empreendedores, entidades de classe,

Exército e associações, entre outros) na busca por governança local, fundamental para criar e sustentar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Mas há muito trabalho nesse sentido.

GRANDES PLANOS

Segundo o *Sumário Executivo* da avaliação ambiental integrada da Bacia do Tapajós (feita pelo Grupo de Estudo Tapajós e Ecology Brasil em 2014), em um universo de até 20 anos, três UHEs estão planejadas para o Rio Tapajós (São Luiz, Jatobá e Chacorão) e outras quatro na bacia do Jamanxim, seu principal tributário (Cachoeira do Caí, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Jardim do Ouro). ■

São Luiz e Jatobá são as bolas da vez, com entrega prevista para 2019. Para garantir a construção das UHEs, o governo reduziu a área de UCs por meio da Medida Provisória nº 558 (chamada de MP da desafetação), convertida na Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012.

A medida diminuiu o território dos parques nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e de Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

“Se era realmente preciso rever essas áreas, que se fizesse isso por lei. Assim, a sociedade civil teria tempo para se organizar. Mas, sendo uma MP, basta a presidente

assinar”, pontua o procurador da República Luís de Camões Lima Boaventura, do MPF em Santarém.

Faz coro com ele Mariana Ferreira, superintendente de Políticas Públicas do WWF-Brasil: “A redução de UCs é uma tendência no mundo todo, mas o processo natural seria um projeto de lei, que implica participação, organização, enfim, um trâmite democrático. Já uma MP queima essas etapas”.

Estudo publicado este ano na revista *Conservation Biology* identificou 93 eventos que mudaram os limites ou categorias de UCs brasileiras no últimos 31 anos. Destes, 69 ocorreram em UCs de proteção integral e 24 em unidades de uso sustentável. (Mais em goo.gl/SJ669x)

A população local também não foi consultada sobre a entrada de técnicos para fazer os estudos de viabilidade no território. Em março de 2013, pesquisadores e técnicos de apoio entraram no território Munduruku com respaldo do Exército para fazer estudos que subsidiariam o estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA) das obras de São Luiz do Tapajós. O MPF conseguiu suspender a operação na Justiça, mas a decisão foi revertida logo depois.

Essas idas e vindas acabam por encarecer os processos, acirram as polaridades entre os “totalmente a favor e os totalmente contra”, e atrasam as obras. Mais barato, e honesto, seria realizar uma consulta livre, prévia e informada como a reclamada pelas populações locais e pelo MPF, respaldado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. Em resumo: conversar e negociar. A experiência mostra que a ausência de negociação é a origem das demandas contra os empreendimentos.

“A maioria das demandas observadas em ações civis públicas propostas em relação às UHEs de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau é de cunho social”, afirma a professora do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas Flavia Scabin, coautora de estudo inédito sobre as ações civis públicas (ACPs) propostas durante e depois do processo de licenciamento das três hidrelétricas citadas.

O estudo, que analisou 40 ACPs, detectou

■ Acesse em goo.gl/juwkN.

A falta de negociação está na origem das ações civis públicas contra empreendimentos

que as demandas de cunho exclusivamente social foram as mais frequentes (20), enquanto que cinco tratavam de algum aspecto exclusivamente ambiental e seis traziam demandas sociais e ambientais ao mesmo tempo. As nove restantes diziam respeito principalmente a algum procedimento específico do licenciamento.

COMPENSAÇÕES

Nesse cenário, é legítimo indagar sobre as possibilidades reais do fortalecimento da governança. “A gente está em cima da hora, mas ainda dá para consertar e consultar as populações”, diz Ana Cristina Barros, diretora de infraestrutura para a América Latina da The Nature Conservancy (TNC). “Infraestrutura tem de ser vetor de desenvolvimento local. Isso implica a capacidade de gestão de impactos e receitas. A região tem indicadores ruins de saúde, educação, desmatamento. Sabemos que isso tradicionalmente piora com as grandes obras. Então, temos de preparar os municípios para esses eventos”, afirma.

Segundo ela, antes de a empresa ganhar a concorrência pública, o Estado deveria estar lá preparando o terreno. “Hoje não existe esse mecanismo e ainda não há quem financie o investimento antecipado (mais sobre fundo antecipatório em Entrevista à pág. 14 e em reportagem à pág. 20).

“Em Belo Monte, o Estado chegou depois. Mas, no Tapajós, existe uma motivação de fazer direito, porque a proximidade temporal com Belo Monte é muito grande. Se você tem uma pauta de desenvolvimento antecipado, transfere os benefícios para os locais”, diz.

De acordo com o relatório que estimou a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos → (CFURH) para hidrelétricas na Amazônia (TNC e Instituto Acende Brasil, 2013), a UHE de Jatobá deverá pagar R\$ 57,2 milhões por ano como compensação financeira, dos quais a prefeitura de Itaituba receberá cerca de R\$ 15 milhões/ano e a de Jacareacanga, R\$ 7 milhões/ano. Para a Usina

de São Luiz calculou-se o valor de R\$ 150,3 milhões por ano como CFURH, dos quais R\$ 41,5 milhões/ano deverão ir para Itaituba e R\$ 18,5 milhões/ano para Trairão. forma de compensação”, diz. No relatório da TNC, não há estimativa de CFURH para a usina hidrelétrica do Chacorão, que impacta diretamente a TI Munduruku, no município de Jacareacanga.

Para o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) Philip Fearnside, “as compensações criam interessados no dinheiro, influenciam as políticas locais e as lideranças, e facilitam a promoção de obras com muitos impactos. Cria-se um conflito de interesse. As decisões sobre as obras têm de ser independentes da influência do dinheiro que se vai gerar de compensação”, diz.

HIDROVIA E PORTOS

Chacorão e as duas outras UHEs com sistema de eclusas planejadas para o Tapajós são cruciais para a viabilização da Hidrovia Teles Pires-Tapajós.

De acordo com o relatório *Plano Hidroviário Estratégico 2013* ■, “...o transporte hidroviário interior entre Santarém e Cachoeira Rasteira depende diretamente da construção de usinas hidrelétricas com sistemas de eclusas, o que permitiria a navegação ao longo de extensos segmentos dos rios”. Contudo, trecho do documento cita a TI Kayabi como altamente sensível:

“Mesmo se essas duas barragens forem construídas com eclusas, a terceira, que é necessária para superar as corredeiras de Cachoeira Rasteira, localizada entre a Usina Hidrelétrica de Chacorão e a de São Manoel (no Rio Teles Pires), teria seu reservatório localizado no território indígena nomeado de ‘Kayabi’, altamente sensível do ponto de vista socioambiental”.

Com as UHEs e a hidrovia, diversos portos estão planejados para Itaituba e entorno, com financiamento privado. Um deles, da americana Bunge, maior exportadora de grãos do País, está pronto desde abril. A investida de

Das 42 hidrelétricas planejadas para a bacia do Tapajós, a grande maioria está no Mato Grosso. Mas as que têm probabilidade de causar maior impacto ambiental são as do Pará, pois Mato Grosso tem uma situação de fronteira agrícola já consolidada, diz Ane Alencar, do Ipam.

10 milhões de toneladas de grãos terão passado pelos portos do Norte em 2014

61 milhões de toneladas é a estimativa de exportação para 2025

■ Instituída pela Constituição Federal de 1988, a CFURH é um percentual pago pelas concessionárias como indenização pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) gerencia, arrecada e distribui os valores entre os beneficiários

Os municípios podem dar um salto de qualidade. Em Itaituba, portos vão gerar R\$ 20 milhões ao ano

empresas como ADM, Cargill e Amaggi, entre outras, que têm planos de portos no município, também é vista por Ana Cristina, da TNC, como oportunidade.

GOVERNANÇA E SINERGIA

“Estima-se que os primeiros seis portos vão gerar para a prefeitura R\$ 20 milhões ao ano”, diz. “Por isso, é preciso tirar o atraso local de governança e preparar esses territórios para dar um salto de qualidade.”

Ana Cristina cita uma iniciativa da Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (Atap) como exemplo do fortalecimento da governança local. “A Atap chamou a prefeitura de Itaituba e discutiu uma agenda mínima de investimento, prioridades e de planejamento”, conta.

A iniciativa gerou um termo de compromisso pelo qual, segundo publicado em reportagem do jornal *Valor Econômico* em novembro do ano passado [E](#), seis empresas

associadas à Atap prontificaram-se a repassar cerca de R\$ 12 milhões ao município em 15 parcelas a partir da entrega da licença de instalação. Segundo o texto, a associação se comprometeu a elaborar um projeto de aterro sanitário e coleta seletiva e a instalar uma unidade de Corpo de Bombeiros no município, entre outras atribuições.

Ane Alencar, diretora do Programa Cenários para a Amazônia do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Ipam), cita sua experiência na BR-163 com certa melancolia, lembrando que, antes mesmo de sair a licença prévia para a pavimentação da rodovia, em 2005,

formou-se um grupo de estudos sobre os impactos da obra. (Mais sobre a BR-163 em reportagem à pág. 20)

“Nós fomos a campo, reunimos as lideranças, geramos um plano, que foi levado para a então ministra Marina Silva, e ela se sensibilizou. O processo andou muito bem no início. Criou-se um bloco de UCs nas proximidades da BR-163, e também na Terra do Meio, localizada na região central do Pará. Pouco depois, a irmã Dorothy Stang morreu, o que também acabou forçando o aumento da presença do Estado na região. Com a saída da ministra Marina do governo Lula, em 2008, o plano foi abandonado, o que provocou um choque de governança, já que havia sido criada uma expectativa”, resume Ane. [P22](#)

[Acesse em transportes.gov.br/conteudo/91224](http://acesseemtransportes.gov.br/conteudo/91224) [Mais em goo.gl/C518Hz](http://maisemgoo.gl/C518Hz)

42 mil pessoas

serão atraídas para Itaituba em função das obras da Usina de São Luiz.

A população atual é de 100 mil habitantes

130 mil pessoas

devem ir para a região do Tapajós se todas as usinas saírem do papel

RAIO X

O que já chegou e o que está para acontecer na região do Tapajós

POR **THAÍS HERRERO**

- A Bacia do Rio Tapajós ocupa mais de 400 mil km² entre os estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas.
- 40% de seu território é coberto por 23 Unidades de Conservação e 15 Terras Indígenas.
- O vale deste rio é uma das regiões mais ricas do mundo em reservas minerais, principalmente ouro.

Complexo hidrelétrico

O PAC 2 prevê a construção de sete usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 14.424 MW:

No Rio Tapajós:

- São Luiz do Tapajós (6.133 MW)
- Área total do reservatório: 722 km²
- Área de aldeias, comunidades tradicionais e florestas a serem inundadas: 330 km²
- Jatobá (2.338 MW)
- Chocorão (336 MW)

No Rio Jamaxim:

- Cachoeira do Caí (802 MW)
- Jamaxim (881 MW)
- Cachoeira dos Patos (528 MW)
- Jardim do Ouro (227 MW)

Em abril, saiu o Estudo de Impacto Ambiental Integrado de São Luiz e Jatobá. O governo deve licitar as obras das usinas até o final de 2014 e 2015, respectivamente.

A região do Rio Tapajós faz parte da chamada **Saída pelo Norte:** conjunto de hidrovias e rodovias interligadas a estações de transbordo e portos para exportar itens agrícolas produzidos no Centro-Oeste. Alguns pólos da região:

A. Municípios de Miritituba e Santarenzinho

■ Estação de transbordo da Bunge (em operação desde abril)

Leva a soja que chega de caminhão pela BR-163 até o Terminal Fronteira Norte, em Vila do Conde, Barcarena (PA), para ser exportada.

■ Hidrovias do Brasil S.A. (ainda em projeto)

A construção do terminal portuário foi aprovada pela Antaq em maio e deve entrar em operação a partir de 2016.

■ Porto de Itaituba do governo federal (inaugurado em 1974)

Construído com verba do Programa de Integração Nacional (PIN) durante o Regime Militar para escoar a produção agrícola que chegava pela BR-230 (Transamazônica). Hoje opera apenas com balsas ou embarcações de pequeno porte.

B. Município de Santarém

■ Porto de Santarém (inaugurado em 1974)

Predominam a descarga de produtos alimentícios para a região e a navegação fluvial. Tem acesso à BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230.

■ Outras seis empresas têm investimentos em curso para construção de terminais. Estão em estudo e à espera de licenciamento.



Hidrovia Teles Pires-Tapajós

■ Terá 2,5 km de extensão entre o Mato Grosso e o litoral do Pará, onde estão os portos de exportação brasileiros. Está em fase de estudo de viabilidade técnica e ambiental que deve ser finalizado até final de 2014.

BR-163 (Cuiabá-Santarém)

■ Em 2009, governo federal retoma obras de pavimentação de toda a rodovia, mas o prazo já foi sucessivamente postergado. A previsão mais recente é de conclusão em 2015, mas, no início do ano, ainda haverá uma licitação para obras em um de seus trechos.

Impacto **salgado**

A indústria do pré-sal gerou expectativa de desenvolvimento local na Baixada Santista, mas, para a população, o otimismo transformou-se em frustração, especulação imobiliária e gentrificação

POR FÁBIO DE CASTRO, DE SANTOS

A Baixada Santista está de ressaca. Há alguns anos, a população local convive com a expectativa de que a indústria do pré-sal leve prosperidade à região, atraindo empresas, investimentos, negócios e empregos qualificados. Parte desses prognósticos concretizou-se, com impacto inegável no desenvolvimento local, mas sem a esperada distribuição de riqueza nem a elaboração de tecnologias adequadas para lidar com a prevenção de danos ambientais. Enquanto a maior parte das imensas reservas descobertas ainda é uma riqueza potencial a ser extraída das profundezas oceânicas, o pré-sal já provoca impactos bastante concretos na vida da população. O mais evidente deles foi uma onda de especulação imobiliária, gerada pela expectativa

da prosperidade. Assim, os resultados não parecem ter melhorado de fato a vida dos habitantes da região. A euforia inicial passou.

“Pré-sal? Teve um impacto muito grande. Mas totalmente negativo. As pessoas esperavam um aquecimento da economia da região. O que aconteceu foi o contrário”, diz o corretor de imóveis Fernando Perez Lopez, proprietário de uma imobiliária na Praia de Gonzaguinha, em São Vicente (SP). Segundo ele, nos últimos quatro anos, o preço dos imóveis na região subiu cerca de 130%, quando a inflação no período não passou dos 25%. “Isso diminuiu a procura por imóveis. Nossas vendas caíram de 70% a 80% desde 2010”, diz. “Antes, vendíamos quatro ou cinco apartamentos por mês. Agora temos que comemorar se vendermos um ou dois.” *(Mais em quadro abaixo)*

MAIS EXPECTATIVAS QUE NEGÓCIOS

Com o crescimento vertiginoso dos lançamentos de novos empreendimentos, o mercado imobiliário da Baixada Santista se tornou o sexto maior do País, de acordo com um anuário da consultoria Lopes, publicado em maio de 2014. O Valor Geral de Venda, ou seja, a soma dos preços anunciados pelas construtoras nos lançamentos (mas não de vendas efetivas), chegou a R\$ 2,7 bilhões. Mas, se a expectativa impulsionou os lançamentos, as vendas propriamente ditas acabaram sofrendo uma queda. O que explica a aparente contradição é que o pré-sal gerou mais expectativas que negócios. De acordo com informações do Secovi da Baixada Santista, divulgadas no fim de 2013, a velocidade de venda dos imóveis caiu, e os preços pararam de subir, indicando de que o ritmo do setor não é mais o mesmo, apesar de toda a euforia inicial.

Embora não seja fator principal de problemas socioambientais, o pré-sal poderá exacerbá-los

A altura dos novos edifícios é, sem dúvida, a face mais visível de cada um desses ataques especulativos. A partir da década de 1960, a construção civil explodiu na parte insular das cidades de Santos e São Vicente – até hoje a área mais urbanizada da região –, mas a legislação de 1968 estabelecia limites de altura de 10 andares. Em 1986, foram liberados prédios de até 14 andares e um novo surto imobiliário ocorreu.

A partir de 1998, o limite de altura deixou de ser um parâmetro legal para a autorização de novos empreendimentos. Começaram a surgir as torres de mais de 30 andares, cuja construção foi acelerada a partir de 2007, na onda do pré-sal. Só que o investimento em infraestrutura urbana não acompanhou essa tendência, gerando graves problemas de mobilidade – a frota de veículos de Santos é uma das maiores do Brasil, com um carro para 1,6 habitante.

“As construtoras contaram com o pré-sal, mas o encarecimento dos imóveis expulsou a população para outras áreas e não houve a migração que se imaginava para a cidade”, explica Lopez. Há pouca gente disposta a adquirir apartamentos de 130 metros quadrados por R\$ 800 mil. “Hoje, várias das torres de mais de 30 andares estão encalhadas, mesmo com descontos de 30%. A venda para investidores também estagnou, porque os preços bateram no teto, e não vale a pena”, explica Lopez.

Com a especulação, boa parte da população das áreas valorizadas foi deslocada para áreas periféricas ou para outros municípios. Muita gente se mudou de Santos para a Praia Grande, por exemplo, agravando o problema de mobilidade na região, já que é preciso se deslocar diariamente para o trabalho.

A história da diarista Jaqueline Soares é um exemplo desse processo, conhecido como **gentrificação**. Há cinco anos, ela desembolsava apenas R\$ 600 para alugar um pequeno sobrado no sopé do Morro do Itararé, na divisa entre Santos e São Vicente.

O local, próximo à área nobre da praia, sempre foi considerado privilegiado, mas

ainda mantinha pequenos enclaves de residências modestas. Um tradicional clube localizado na vizinhança foi demolido e deu lugar a um conjunto de torres residenciais. “O proprietário dobrou o preço da casinha. Nós tivemos de sair de lá há sete meses”, afirma Jaqueline.

Com o marido e os dois filhos, a diarista mudou-se para o bairro periférico de Vila Margarida, em São Vicente, ao lado da favela México 70. “Nós moramos em uma casa regularizada, mas o bairro é favela. Pagamos R\$ 700”, diz Jaqueline, que antes andava de ônibus quando morava no bairro nobre, mas, no novo endereço, precisou comprar um carro para ir ao trabalho. “Não fui só eu. Praticamente todo mundo que eu conheço precisou se mudar nos últimos anos por causa dos preços. Os aluguéis dobraram. Ainda tive sorte de passar tanto tempo na divisa”, declara.

SOZINHO NÃO FAZ VERÃO

A maior parte dos fenômenos atribuídos pelos moradores à indústria do pré-sal – em especial a especulação imobiliária – teve sua existência confirmada tecnicamente nos diagnósticos socioambientais participativos da região, produzidos pelo Instituto Pólis para o projeto Litoral Sustentável. O pré-sal, no entanto, é apenas mais um indutor entre muitos outros aspectos de um processo de transformação socioeconômica muito mais complexo e profundo que está ocorrendo na região, de acordo com Guadalupe Almeida, coordenadora jurídica do projeto.

O projeto foi realizado em duas fases. A primeira delas, iniciada em outubro de 2011 e finalizada no fim de 2012, consistiu em um diagnóstico participativo da realidade territorial e socioambiental encontrada no Litoral Norte e na Baixada Santista. Na segunda fase, foram elaboradas agendas dos 13 municípios de abrangência do projeto e uma Agenda Regional.

Os diagnósticos, trabalhados por técnicos com formação multidisciplinar e especialistas, compreendem diferentes áreas, como

urbanismo, meio ambiente, setor jurídico, segurança alimentar, resíduos sólidos, saúde, cultura, economia, orçamento público, segurança pública e educação. A elaboração contou com a participação da população e de gestores municipais e estaduais.

De acordo com Guadalupe, que também coordenou a publicação final das agendas, inicialmente, quando o projeto foi apresentado em 2008 à Petrobras, em busca de financiamento, a preocupação de fato eram os possíveis impactos do pré-sal na região. Mas, logo que o projeto foi viabilizado, em 2011, a equipe do Pólis se deu conta de que o pré-sal, embora relevante, não era o fator central dos problemas urbanos e ambientais da região.

“Logo que começaram as análises, vimos que a questão do pré-sal é um dos vários elementos do processo pelo qual está passando o litoral paulista – e está longe de ser o elemento estrutural”, afirma. Um dos aspectos de fundo diagnosticados na Baixada Santista, segundo ela, é o aumento acentuado da residência fixa. “Tem muita gente indo morar lá. Isso é um dado que aumenta a demanda urbana, mas sua origem não tem nada a ver com o pré-sal”, declara. “A questão da mobilidade, que é crítica na região, está mais relacionada com a inexistência de uma **tarifação única** dos ônibus na ligação dos municípios da Baixada”, diz Guadalupe.

Outro fator apontado como um problema pela população, no diagnóstico participativo, foi o veranismo, isto é, a concentração do turismo apenas na temporada de verão. “Considerando o patrimônio histórico e cultural da região, seria possível gerar um turismo sustentável, ou de base comunitária, que poderia ser mais perene. Essa é uma questão que afeta demais a oferta de emprego e a economia da região”, afirma a advogada.

A ocupação irregular das áreas de preservação ambiental também foi apontada como

um problema que aumentou muito nos últimos dez anos. É preciso planejar essa ocupação. Santos tem 52% de seu território em áreas de conservação – em especial no continente – e essa porcentagem chega a 93% em algumas partes do litoral (em Bertioga, por exemplo, é de 72%). “Como será a ocupação nessas áreas?”, questiona. A necessidade de incluir a população de baixa renda em Santos também foi uma questão importante detectada. “A sensação é de que o município está virando uma área exclusiva da classe média alta”, diz.

Com base nos diagnósticos, os técnicos do Pólis elaboraram diretrizes e ações estratégicas com foco nos eixos temáticos que culminaram no estabelecimento das agendas de Desenvolvimento Sustentável da região: Desenvolvimento Sustentável e Includente, Uso Sustentável das Áreas Protegidas, Democratização do Território e Inclusão Social e Gestão Regional Participativa e Integrada. Agora, segundo Guadalupe, terá início uma

terceira fase do projeto, que é o Observatório Litoral Sustentável. “Não basta propor ações, é preciso vê-las implementadas. Queremos contribuir para organizar melhor a sociedade e tentar unificar as várias iniciativas que já existem no litoral paulista”, afirmou. O Observatório, segundo ela, contará com espaços virtuais e presenciais para câmaras temáticas que tratarão de temas específicos, a fim de articular os diversos fóruns.

Segundo Guadalupe, embora não esteja na origem dos problemas apontados pelos diagnósticos socioambientais, o pré-sal poderá exacerbá-los todos eles. “A exclusão e a gentrificação, a ausência de participação pública, a especulação imobiliária – todos esses fatores poderão ser agravados”, diz Guadalupe.

RISCO DA OPERAÇÃO EM SI

Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo

O Observatório Litoral Sustentável buscará articular diversos fóruns

Valorização de determinada área que eleva os custos locais e o preço dos imóveis, levando à expulsão da população original, de menor poder aquisitivo

O uso do transporte é metropolitano, com pessoas indo de uma cidade a outra, mas cada município possui uma tarifação própria

Acidente no Golfo do México deixa lições

(IEE/USP), concorda que é prematuro vincular os problemas socioeconômicos diretamente ao frenesi da indústria do pré-sal. No entanto, pela forma como tem sido encaminhada a exploração das reservas, os impactos poderão ser muito maiores e mais trágicos que os fenômenos sociais observados até agora.

De acordo com o professor, que foi diretor de Gás e Energia da Petrobras, o verdadeiro problema está no potencial impacto ambiental da operação de exploração do pré-sal propriamente dita. As operações, segundo ele, são realizadas em pontos que ficam de 100 a 200 quilômetros da costa, em uma área submetida a fluxos de alto-mar. “Se acontecesse ali algum incêndio ou acidente – como o que ocorreu com o poço da Chevron na Bacia de Campos, em 2011, por exemplo –, o impacto se dará por alto-mar, em função do deslocamento das correntes marinhas, com consequências quase imprevisíveis, que dependerão da localização exata, da época do ano e das correntes”, afirma Sauer.

A exploração do pré-sal, segundo o diretor do IEE, sem dúvida gera oportunidades econômicas, visto que as operações em alto-mar comportam a construção de plataformas e perfuração de poços, envolvem o sistema industrial de uma cadeia produtiva globalizada e exigem a produção de equipamentos, sistemas de geração de energia e turbinas – que são fabricados no Brasil –, o desenvolvimento de centros logísticos e o desembarque de materiais e pessoal com helicópteros, entre outras atividades. “É claro que há ingresso de investimentos que acabam deixando algum resultado no desenvolvimento local dessas regiões – incluindo o aumento da demanda de moradia e eventualmente a especulação imobiliária frenética.

Mas a principal preocupação é o potencial

de impacto ambiental”, afirma. Segundo ele, o risco existe porque houve um equívoco fundamental na condução da exploração do petróleo no Brasil, a partir do momento em os avanços técnicos permitiram a consolidação do modelo geológico do pré-sal. “Houve uma precipitação absurda no processo exploratório”, afirma. Para ele, seria preciso primeiro concluir o dimensionamento das reservas. Depois, definir o ritmo de produção, coordenando-o com as necessidades de infraestrutura produtiva. “Seria preciso também estabelecer uma coordenação com os atuais países produtores de petróleo, para manter o preço elevado – pois não há sentido em explorar reservas do fundo do mar para baixar o preço do produto”, diz.

Nesse meio tempo, prossegue o professor da USP, haveria possibilidade de uma discussão mais ampla sobre os impactos socioambientais. “Seria preciso fazer testes de longa duração para verificação das reservas. Enquanto isso, seria possível elaborar um plano nacional de desenvolvimento econômico e social. Mas o Brasil começou a produzir sem coordenação e sem planejamento”, afirma.

Para Sauer o acidente do poço de Macondo, no Golfo do México, em 2010, mostra que nenhum governo do mundo tem recursos e órgãos suficientes para controlar a estabilidade de um sistema de exploração. “Até ali, quem funcionava como órgão regulador eram as seguradoras. Depois de Macondo, elas pararam de operar nesse campo, o que diminuiu ainda mais a fiscalização. Se a exploração fosse feita com calma, teríamos tempo para desenvolver sistemas de monitoramento e segurança ambiental, definindo metodologias e regras. Mas desperdiçamos essa oportunidade por pressa de capitalizar politicamente com o pré-sal”, explica. ■

Sauer, ex-diretor da Petrobras, alerta para os riscos ambientais da exploração

LUCIANA STOCCO BETIOL

Professora da FGV-Eaespp e coordenadora do Programa de Consumo Sustentável do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)

artigo



Democracia ambiental: estamos prontos?

Ainda são frequentes processos decisórios que não contam com a participação e a transparência necessárias, resultando em conflitos e injustiças

Passados mais de 20 anos da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – documento final da ECO-92 que define o compromisso dos governos em garantir o tripé acesso à participação, à informação e à justiça nas questões ambientais –, é chegado o momento de perguntar se estamos preparados para atender ao chamado de uma democracia ambiental. Essa questão ganha relevância diante de casos concretos de violação a esses direitos, nos mais recentes embates ambientais contra a realização de obras de grande impacto socioambiental, como a Transposição do Rio São Francisco e a construção das hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

Extraídos do Princípio 10 da Declaração, os direitos de acesso à informação, à participação pública e à justiça são essenciais para o desenvolvimento sustentável, e vêm sendo cobrados, internacionalmente, em diversos foros, como o que se deu durante a Conferência de Bali em 2010, promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Nessa ocasião, foram mapeadas 26 grandes diretrizes a serem adotadas pelos governos, de modo a colocar em prática o que o princípio preconiza (mais em trecho abaixo).

Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992

A melhor maneira de tratar questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo deve ter acesso adequado a informações relativas ao meio ambiente de que disponham autoridades públicas, inclusive informações sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar em processos de tomada de decisões. Os Estados devem facilitar e estimular a conscientização e a participação pública, colocando a informação à disposição de



todos. Deve ser propiciado acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que diz respeito à compensação e reparação de danos.

O Brasil reúne um farto arcabouço legal ambiental e são inegáveis os avanços que tivemos nos últimos anos em relação aos pilares da democracia ambiental, como a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011, que exige maior comprometimento das instituições públicas com os seus administrados. Ao oferecer ferramentas para que se possa cobrar transparência dos órgãos públicos, a LAI tornou-se um instrumento estratégico em temas ambientais. Também vale destacar o mais recente decreto presidencial que disciplina a Política Nacional de Participação Popular, o Decreto nº 8.243/2014, que, independentemente das críticas que vem sofrendo, é uma resposta ao nosso compromisso com o Princípio 10.

Apesar de todos esses avanços, ainda são frequentes no Brasil processos decisórios que não contam com a participação e a transparência necessárias, o que resulta em conflitos e injustiças ambientais, revelando um descasamento entre o que prega a estrutura legal e como as situações se dão na prática.

Esse cenário é agravado quando se ingressa no terceiro elemento dessa busca por uma governança ambiental,

que é o acesso à justiça. Ainda que este seja um direito constitucionalmente garantido, na realidade há uma sucessão de demandas que acabam não sendo analisadas em tempo hábil pelos órgãos competentes, seja no nível administrativo, seja no judicial, maculando a busca pela democracia ambiental.

Essa “falta de acesso” judicial pode ser identificada na burocracia que envolve o nosso sistema de decisão, tomado por um volume excessivo de demandas e sucessivos acessos recursais – que, aparentemente, são vistos como integral acesso à justiça, mas por vezes acabam sendo utilizados para procrastinar uma efetiva justiça ambiental.

O fortalecimento dos instrumentos já existentes só se dará com o monitoramento de sua efetividade, a divulgação de sua *performance* e a cobrança por melhorias contínuas, em claro controle social das questões ambientais.

Iniciativas internacionais, como a rede TAI (The Access Initiative), formada por organizações não governamentais, realizam um importante trabalho ao demonstrar, por meio de indicadores, se os governos vêm ou não cumprindo seus compromissos segundo o Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992.

São esses os novos caminhos para a efetiva implementação dos “acessos” essenciais na direção da almejada democracia ambiental.



Em busca de um **novo Sertão?**

Obra que se arrasta por sete anos, a transposição do Rio São Francisco ainda gera muitas dúvidas sobre que benefícios trará e como estes serão partilhados pela população local

POR **SÉRGIO ADEODATO**, DE PETROLINA

Apesar do fluxo de recursos, pesquisadores alertam para falta de plano articulado de desenvolvimento

As máquinas estão a pleno vapor. Em ano eleitoral, mais de 10 mil operários foram convocados para trabalhar dia e noite no sertão nordestino, de modo que neste mandato o governo federal consiga ao menos acionar os explosivos para desviar parte da água do rio e encher um pequeno trecho inicial de 100 quilômetros de canal na obra da transposição do São Francisco em Cabrobó (PE).

O empreendimento arrasta-se por sete anos, envolveu protestos, ações judiciais e embate entre os estados doadores e os receptores do recurso hídrico e já consumiu R\$ 4,8 bilhões. Até a conclusão, prevista para o fim de 2015, serão ao todo R\$ 8,2 bilhões, 60% acima do originariamente previsto, o que turbinou críticas quanto à relação entre custo, benefícios e impactos ambientais.

Discórdias à parte, a iniciativa não é mais um projeto de intenção: mais da metade da estrutura que rasga a Caatinga para abastecer áreas vulneráveis à seca está finalizada. A empreitada é irreversível. E o debate chega agora a um novo momento: como será a gestão do recurso hídrico e em que medida promoverá o desenvolvimento local?

Após a “inauguração” do ponto de captação no rio, uma festa política provavelmente regada a bode assado e vinho fino produzido a partir de videiras irrigadas pelo Velho Chico, deve se desenhar um cenário apetitoso para a “indústria da seca”, que por décadas troca carros-pipa por votos. Só que agora os objetos de barganha se sofisticaram. São as adutoras, as tubulações que distribuem a água. Começa a disputa pela nova fonte, uma corrida a ser marcada pelo jogo de forças políticas e econômicas, envolvendo as três esferas de governo, o agronegócio e os movimentos sociais que despontam no Semiárido.

A questão atual é saber como a gestão da água extraída do São Francisco vai se integrar à nova realidade econômica e social vivida nos últimos anos pelo Nordeste, dentro de um modelo participativo, sem os proble-

mas comuns no tempo dos “coronéis”, como superfaturamento de adutoras e até a construção de açudes com dinheiro público para embelezar fazendas de políticos. Na última década, o cenário do Semiárido mudou em razão do maior acesso da população a benefícios sociais, renda, crédito e consumo. Entre 2000 e 2010, o PIB *per capita* do Nordeste expandiu em média 3,12% ao ano, enquanto a taxa de crescimento no Brasil foi 2,22%. O sertanejo trocou o jumento pela motocicleta e a viagem de ônibus velho e empoeirado pelo avião. Assim como a mortalidade infantil, o êxodo para o Centro-Sul diminuiu e deverá permanecer em queda caso a economia regional ganhe impulso em consequência da nova água fornecida pelo São Francisco.

A maior obra hídrica em curso no País inclui a construção de 700 quilômetros de canais com estações elevatórias, túneis e reservatórios, divididos em dois eixos principais, para perenizar rios (hoje intermitentes) e encher açudes. O Eixo-Leste tem origem no município de Floresta (PE), onde se localiza o lago da Usina Hidrelétrica de Itaparica, e se destina ao abastecimento de cidades de Pernambuco e da Paraíba. De Cabrobó (PE) parte o Eixo-Norte, com seus 400 quilômetros projetados para nutrir os rios Jaguaribe (CE), Apodi (RN) e Piranhas (PB).

“O governo disse que teremos três hectares irrigados para plantar cebola e tomate”, conta o sertanejo Bartolomeu Amorim, acreditando na promessa, próximo ao vaivém dos caminhões no canal em obras. No lombo do jumento, o lavrador carrega pedaços de mandacaru, o cacto típico do Sertão, para alimentar as vacas no assentamento onde vive.

Cabrobó abriga um dos núcleos de maior grau de desertificação do País, onde os solos degradados parecem não ter solução. A prefeitura planeja um cinturão verde equivalente a 50 mil campos de futebol na faixa de 2,5 quilômetros de ambos os lados do canal. A expectativa é a população dobrar em até dez anos, com mais injeção de recursos e reflexos

no comércio. O fazendeiro Antônio Russo, ex-dono da propriedade por onde águas do São Francisco serão transpostas, não tem do que reclamar. Ele recebeu do governo federal uma indenização de mais de R\$ 1,1 milhão para a cessão da área, um total de 600 hectares de pastagem na beira do rio. Fontes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estimam que o terreno não valia mais de R\$ 700 mil, a preços da época. “Dividi o valor com os filhos, comprei um bom carro e construí dois prédios na cidade”, conta proprietário, ao lembrar que quando menino ajudava o pai a pegar água em um açude distante de casa, no interior da Paraíba.

O Exército se encarregou da obra no trecho inicial de captação da água, no município. A presença dos militares inibiu protestos e, ao longo dos anos, serviu para reduzir a violência e afugentar o tráfico de drogas que imperava nas imediações da principal rodovia da região, apelidada de “Transmaco-nheira”. Os indicadores sociais melhoraram, mas há desafios de gestão.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), concluído em maio deste ano, identificou a existência de R\$ 32 bilhões de investimentos federais em 789 municípios da região de influência da obra da transposição, entre 2007 e 2010. Entretanto, os pesquisadores alertam que não há um plano de desenvolvimento com ações articuladas e potencializadas de modo a aproveitar a oportunidade criada por um grande projeto de infraestrutura hídrica. Perde-se a chance de obter resultados mais consistentes e duradouros para o dinheiro injetado na região.

O ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, vê um horizonte mais positivo: “O projeto possibilitará o uso dos reservatórios já existentes como suprimento de indústrias, empreendimentos turísticos e irrigação

agrícola”. Ele assegura que “os moradores das áreas rurais ao longo dos canais contarão com a oferta hídrica para abastecimento humano e animal e agricultura familiar”.

No entanto, em outras obras do passado, não foi bem assim. Um exemplo é o Canal da Integração, construído pelo governo do Ceará para abastecer a capital, Fortaleza, tendo como fonte o Açude do Castanhão, o maior do País. Por muito tempo as comunidades que viviam à beira da água não tiveram acesso a ela. O recurso hídrico é vigiado por câmeras de segurança e guardas armados. A questão só começou a ser resolvida dez anos depois, quando surgiram adutoras e projetos econômicos, como a piscicultura.

“Está mais do que comprovado que a transposição do São Francisco é eleitoreira”, despacha Dom Luiz Cappio, bispo de Barra (BA) que se tornou nacionalmente conhecido ao fazer duas greves de fome em protesto contra o projeto, em 2005 e 2007. O gesto deu visibilidade ao debate sobre os impactos. “Toda vez a obra é acelerada perto das eleições, como ocorreu em 2010, e depois volta a parar.”

“Mais água pra quem?”, pergunta Naidison Baptista, coordenador-executivo da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), ao considerar a transposição do São Francisco uma iniciativa de “concentração e não de democratização da água, porque na prática beneficiará mais a agricultura irrigada para exportação”. Ninguém morre mais de sede no Sertão como antigamente, graças às 915 mil cisternas que acumulam água da chuva para consumo humano já existentes na região, sem a dependência da oferta de caminhões-pipa por políticos. Mais que isso: ao deixar de andar em média seis horas para pegar água, a mulher sertaneja dedica mais tempo ao lazer, à família e a atividades culturais e sociais. Em valores de hoje, o investimento total nas cis-

Em dez anos, a economia nordestina saltou de R\$ 130 bilhões para R\$ 446 bilhões

Começou a ser construído em 1995 e foi inaugurado em 2002, com investimento de R\$ 600 milhões. O reservatório tem volume de água equivalente a duas vezes e meia ao da Baía de Guanabara

Indicadores sociais hoje são melhores, mas ainda há desafios de gestão

Entre os vários programas voltados à implantação de cisternas, o maior é o Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional

Para a ASA, o objetivo hoje não é matar a sede, mas aumentar a produção familiar e o acesso à terra

ternas se aproxima de R\$ 3,3 bilhões – quase um terço do custo da transposição. Existem mais 100 mil reservatórios domésticos de maior porte, específicos para criação de animais e produção de alimentos nos quintais, o que permite ao morador pagar pela própria água – e não receber de esmola – quando o estoque acaba na seca severa.

A capacidade total de armazenagem das cisternas é de 68 bilhões de litros, superior a dez vezes o consumo diário da Região Metropolitana de São Paulo. “Hoje, a frente de batalha não é matar a sede, mas aumentar o volume de água para produção familiar e garantir acesso à terra”, afirma Baptista, para quem a transposição é um empreendimento desnecessário. Não faltam obras hídricas no Nordeste. Em 100 anos, foram construídas mais de 400 barragens para armazenar água e 70 mil açudes. É o maior programa de “açudagem” do mundo. Já não serve para o atendimento da atual e futura demanda?

“A obra vai acirrar os conflitos de uso de um rio que já está doente e poderá não suportar toda a carga planejada para ele pelos diversos empreendimentos”, adverte Anivaldo Miranda, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). Além da irrigação da lavoura, o rio é estratégico para o funcionamento das usinas hidrelétricas. Tanto assim que as geradoras de energia foram obrigadas a segurar a vazão como medida de segurança energética para a Copa do Mundo.

A questão retrata o quebra-cabeça que será a gestão do recurso hídrico quando tudo estiver funcionando. Pelo projeto da transposição, será desviada 1,4% da vazão média do São Francisco. Na época de seca, o rio fornecerá 26 metros cúbicos por segundo, apenas para o abastecimento humano. No período chuvoso, quando a represa de Sobradinho verter, a sangria aumentará para até 127 metros cúbicos,

com uso na irrigação de cultivos. “Ao que tudo indica, os canais só funcionarão com a vazão mínima, devido às várias necessidades de uso do rio, aos impactos que já sofre e aos futuros efeitos das mudanças climáticas, não considerados na obra”, estima Miranda.

De acordo com decreto presidencial, a instância mais alta das decisões sobre a água da transposição é o Conselho Gestor, formado por representantes dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além do governo federal e dos comitês das bacias hidrográficas. Até hoje o grupo não se reuniu. “Já que a obra vai acontecer, vamos trabalhar para que os termos de outorga, ou seja, os limites de uso do rio, sejam cumpridos”, enfatiza Miranda. Para ele, “a atual situação das autorizações federais e estaduais para retirada da água está fora de controle e precisa de uma revisão ampla, base para um pacto capaz de garantir a vazão necessária aos projetos”.

A revitalização não se deu ainda, aponta comitê da bacia. O governo promete investir

Na região há 460 mil hectares de área agrícola com potencial de irrigação. E novos empreendimentos estão por vir, como o Corredor Multimodal do São Francisco, hidrovía a ser estruturada com recursos do Banco Mundial, entre Pirapora (MG) e Petrolina (PE), para reduzir os custos de logística da produção agrícola. Atualmente, devido ao assoreamento, a navegação é quase impossível. A empresa Icofort Agroindustrial demora 45 dias para fazer o comboio fluvial do algodão entre Sobradinho e Petrolina, percurso antes realizado em dez dias.

As cicatrizes do Velho Chico, como os bancos de areia e a erosão das margens, são visíveis a olho nu. Estudos indicam que o rio já perdeu 30% da vazão desde que suas margens começaram a ser desmatadas e o rio começou a ser explorado para irrigação e geração de hidreletricidade. “A promessa

O BAGRE DA TRANSPOSIÇÃO

Para colocar água nos canais e inaugurar a obra, é necessária a prévia instalação de barreiras físicas e elétricas, logo após o ponto de captação no rio, capazes de evitar o acesso de peixes e outros organismos aquáticos. A medida é uma exigência do licenciamento ambiental, porque a incursão indiscriminada de espécies pode causar severo desequilíbrio ecológico nos riachos, açudes e outros ambientes que receberão a água, muitos dos quais utilizados para piscicultura. Nos últimos anos, biólogos monitoram a biodiversidade do São Francisco e também dos locais receptores do recurso hídrico, a fim de identificar eventuais distúrbios no futuro.

A iniciativa ilustra um dos principais legados da transposição: o maior conhecimento científico da Caatinga, considerado o bioma menos conhecido e um dos mais ameaçados do País, devido ao desmatamento, ao uso inadequado do solo e à destruição de fontes hídricas. Para o trabalho de resgate e monitoramento da fauna, estabelecido por um dos Planos de Controle Ambiental (PCA) da obra, foi criada uma estrutura de alto padrão no campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina (PE), com laboratórios, clínicas e demais recintos para tratamento e alojamento de animais capturados no processo de desmate e operação das máquinas.

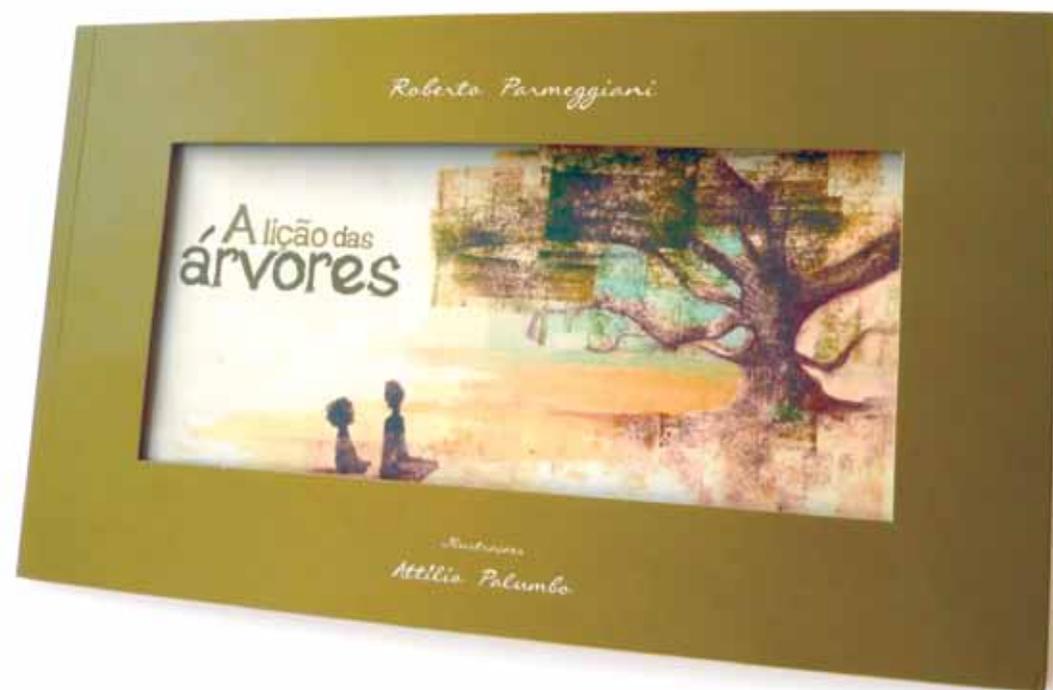
Profissionais locais são qualificados para trabalhar com licenciamento ambiental e pesquisas com os temas peculiares do Sertão. No caso da flora, o trabalho também consiste em identificar espécies e produzir mudas nativas para a restauração florestal ao longo de uma faixa de 280 quilômetros quadrados ao longo dos canais, conforme prevê o licenciamento.

da revitalização, com recuperação de matas na beira do rio, dragagem e conservação da biodiversidade, ficou no discurso”, lamenta o presidente do CBHSF. Para ele, “a preocupação não deveria estar só nos usos, mas na produção e na qualidade da água”. O Ministério da Integração Nacional responde que, a cada R\$ 1 investido na transposição, outros R\$ 3 são aplicados em obras estruturantes. De acordo com o governo, a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) prevê R\$ 26 bilhões em projetos hídricos, irrigação, drenagem e revitalização.

Antevendo a futura competição pelo São Francisco, os estados se apressam em anunciar investimentos na distribuição da água. O Ceará planeja construir 545 quilômetros de canais margeando a Chapada do Araripe, no sul do estado, para receber a vazão que chegará pelo Eixo-Norte da transposição. Dessa forma, ao custo de R\$ 1,1 bilhão, a terra do Padre Cícero, na região de Juazeiro do Norte e do Crato, prepara-se para virar um eldorado do agronegócio, com expectativa de dobrar o número de habitantes, em cinco anos.

Em contraponto, há tímido investimento na coleta e tratamento do esgoto. Ao chegar aos rios menores e açudes próximos aos núcleos urbanos que crescem desordenadamente, a água limpa da transposição se misturará à poluição, como a existente no Rio Paraíba, no município de Monteiro (PB), na ponta final do Eixo-Leste. No Nordeste, apenas um terço da população urbana tem coleta e tratamento de esgoto, segundo dados do Ministério das Cidades. “Fornecimento de água dá mais voto e visibilidade do que saneamento”, ressalta Edison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil.

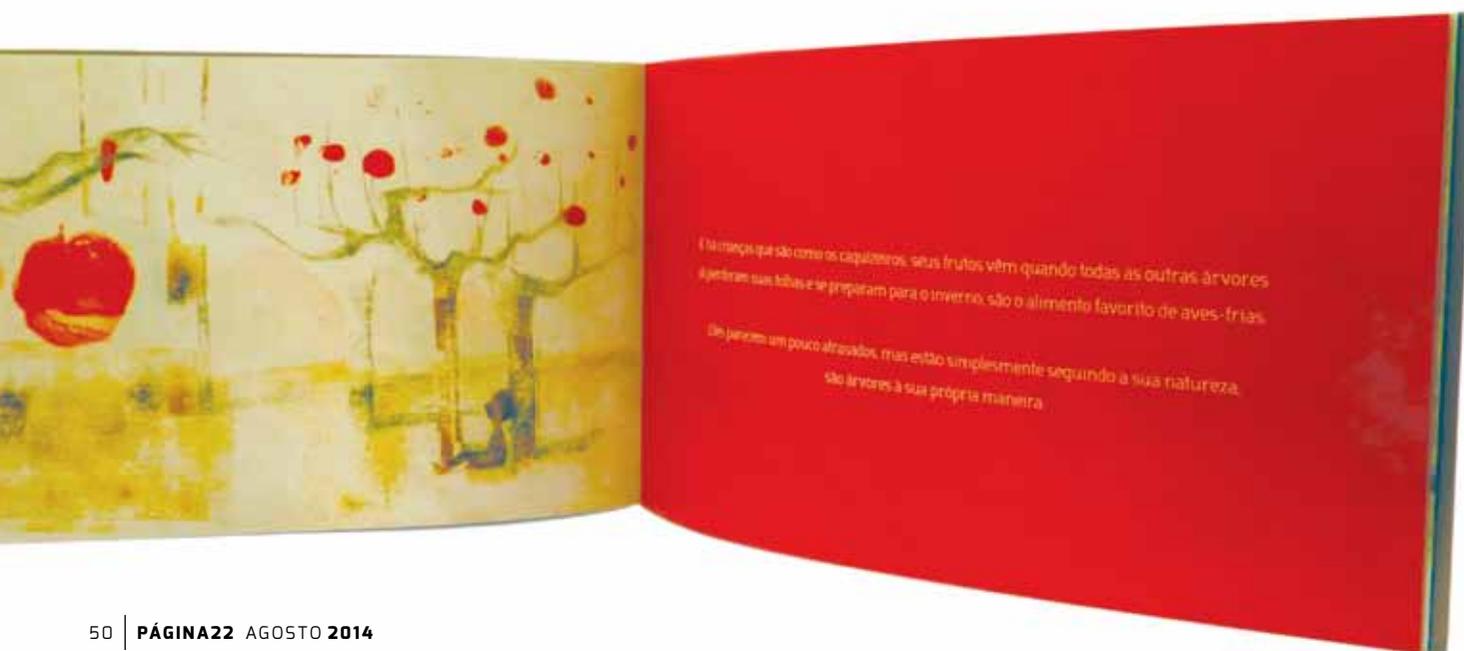
“A conta não fecha; falta vazão para tantos usos e a vontade política não pode estar acima das necessidades técnicas”, afirma João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, ao suspeitar que a água não chegará a quem precisa. De outro lado, há o anseio de que o desenvolvimento obtido com o recurso hídrico sirva para mudar de vez o padrão de vida no Sertão. E de que a equação final não seja de conflitos, mas de justiça pelo uso da água. 



Viva a **diferença**

Algumas crianças são como os castanheiros: tímidos e um pouco fechados, à primeira vista, pungentes, mas surpreendentes quando se abrem para o mundo. Outras, delicadas e poéticas como as cerejeiras, cheias de flores coloridas no início e de frutas vermelhas e doces depois. Há também as que se parecem com os caquizeiros: seus frutos vêm quando todas as árvores já perderam suas folhas. Parecem um pouco atrasados, mas estão simplesmente seguindo sua natureza, são árvores à sua própria maneira.

Esses trechos, pinçados de *A Lição das Árvores*, passam a mensagem da diversidade que compõe o todo e o respeito à maneira de ser de cada um – como Paola, deficiente auditiva, uma das personagens do livro. É desse aprendizado que trata o autor, o educador italiano Roberto Parmeggiani, acompanhado das belas ilustrações de Attilio Palumbo. Lançada no Brasil pela Editora DSOP, a obra é dedicada “para todas as crianças diferentes, isto é, todas”. – **Amália Safatle**



As crianças que são como os castanheiros, seus frutos vêm quando todas as outras árvores já perderam suas folhas e se preparam para o inverno, são o alimento favorito de aves-frias. São um pouco atrasados, mas estão simplesmente seguindo a sua natureza, são árvores à sua própria maneira.



Congresso
ecogerma 2014

Oportunidades para o crescimento sustentável em centros urbanos,
soluções tecnológicas, políticas, governamentais e empresariais para
gestão de resíduos, energia e mobilidade.

Data: 05 e 06 de agosto de 2014
Local: Club Transatlântico - R. José Guerra, 130 - São Paulo

www.ecogerma.com

Patrocínio:



Realização:



CÂMARA
BRASIL
ALEMANHA

